

queza não aumentarão suas despesas. Elas esperarão ter juntado uma boa soma, da qual possam obter um proveito certo, independentemente do seu comércio. Quando um grande número de habitantes tiver adquirido uma fortuna considerável, deste dinheiro que entra constante e anualmente no país, claro que eles não deixarão de aumentar seu consumo encarecendo, assim, todas as coisas. Ainda que esta carestia os leve a fazer uma despesa bem maior do que a que se haviam proposto, eles continuarão a mantê-la enquanto lhes restar capital, porquanto se nada é mais fácil nem mais agradável do que aumentar as despesas da família, nada é tão difícil quanto refreá-la.

Se o intercâmbio anual e constante tiver resultado num aumento considerável da quantidade de dinheiro num país, ele provocará o aumento do consumo, o encarecimento de todas as coisas e, inclusive, a redução do número de habitantes, a menos que só se importe do exterior a quantidade de produtos proporcional ao aumento do consumo. Em geral, nos países que adquiriram uma abundância significativa de dinheiro é comum importar muitas coisas dos países vizinhos, onde o dinheiro é raro, e onde, por conseguinte, tudo é muito barato. No entanto, como é preciso enviar dinheiro em troca dos produtos importados, o intercâmbio comercial tornar-se-á menor. Os baixos preços da terra e do trabalho nos países estrangeiros onde o dinheiro é raro, levarão, necessariamente, à criação de manufaturas semelhantes as que existem no país em questão, mas elas não serão nem tão perfeitas, nem tão estimadas.

Neste caso, o país pode subsistir com abundância de dinheiro, consumir todo o seu produto e, inclusive, muitos produtos de outros países e, ainda por cima, conservar um pequeno saldo comercial com o estrangeiro, ou, ao menos, manter, durante alguns anos, esta balança equilibrada. Isto significa obter, em troca de seus produtos e de suas manufaturas, tanto dinheiro destes países estrangeiros quanto ele é obrigado a enviar-lhes em troca dos gêneros ou produtos da terra que importa. Se este país é marítimo, a facilidade e os bons preços com que transporta seus produtos para os demais países, poderão ser de molde a compensar a carestia do trabalho que o dinheiro excessivo acarreta.

De modo que, os produtos deste país, por mais caros que sejam, freqüentemente se venderão em países distantes por um preço mais baixo do que os de um outro país em que o preço do trabalho é bem menor.

Os custos do transporte terrestre aumentam muito o preço das coisas que são levadas para países distantes, mas tais custos são módicos nos países marítimos, em que haja navegação regular para todos os portos estrangeiros, graças a qual existe sempre uma embarcação pronta para fazer vela e capaz de encarregar-se de todas as mercadorias que lhe são confiadas e por um preço razoável.

O mesmo não acontece nos países em que a navegação não é florescente, pois estes ficam obrigados a construir navios expressamente para o transporte destas mercadorias, o que freqüentemente consome todo o lucro. A navegação faz-se com grandes despesas, o que desencoraja inteiramente o comércio.

A Inglaterra consome atualmente não apenas a maior parte da sua escassa produção, mas muitos produtos de outros países, como sedas, vinhos, frutas, roupa branca em quantidade, etc., e exporta apenas o produto de suas minas e de suas manufaturas. Ainda que na Inglaterra o trabalho seja muito caro, devido à abundância de dinheiro, a superioridade de sua marinha permite-lhe vender seus produtos em países distantes por preços mais razoáveis do que a França, onde estes mesmos produtos são mais baratos.

O aumento da quantidade de dinheiro efetivo num país pode, ainda, ser ocasionado, independentemente da balança comercial, por subsídios pagos a este país por potências estrangeiras, pelas despesas de inúmeros embaixadores ou viajantes que, por razões políticas, por curiosidade ou por divertimento, podem hospedar-se no país por algum tempo, pela transferência dos bens e fortuna de algumas famílias que, por motivos de perseguição religiosa, ou por outras causas, deixam sua pátria para virem estabelecer-se neste país. Em todos estes casos, as somas de dinheiro que entram no país provocam, sempre, um aumento das despesas e do consumo e, por conseguinte, encarecem todas as coisas nos canais de troca em que o dinheiro entra.

Suponhamos que antes deste aumento da quantidade de dinheiro, um quarto dos habitantes do país consumisse diariamente carne, vinho, cerveja, etc. e que freqüentemente comprasse roupas, etc. Depois deste aumento, se um terço ou metade dos habitantes continuar consumindo estas mesmas coisas, o preço destes gêneros e destas mercadorias elevar-se-á e a carestia da carne fará com que muitos dos habitantes sejam compelidos a consumi-la em menor quantidade do que o faziam antes. Um homem que come três libras de carne por dia não deixará de subsistir com apenas duas libras, mas ele se ressentirá com esta restrição, enquanto que a outra metade da população, que não consumia quase nenhuma carne, se ressentirá menos. O pão aumentará de preço, mas, na verdade, o fará por etapas, à medida que aumentar o consumo, como já disse várias vezes. Proporcionalmente, porém, ele será mais barato do que a carne. O aumento do preço da carne causa uma diminuição no consumo por parte de um número pequeno de habitantes, o que o torna perceptível, mas o aumento do preço do pão diminui o consumo de todos os habitantes, o que faz com que seja menos notado. Se cem mil pessoas vêm viver num país que conta com dez milhões de habitantes, o aumento do consumo de pão não ultrapassará uma libra em cem, que terá que ser retirada dos antigos habitantes. Mas quando um homem, ao invés de cem libras de pão consome noventa e nove libras, ele mal percebe esta redução.

Quando o consumo de carne aumenta, os arrendatários aumentam a área de pastagem para aumentar a produção de carne, o que diminui a quantidade de terras aráveis e, por conseguinte, a quantidade de trigo. Mas o que, em geral, encarece relativamente mais a carne do que o pão é o fato de que, comumente, os países permitem a livre entrada de trigo de países estrangeiros, mas proíbem absolutamente a entrada de bois, como ocorre na Inglaterra, que cobra, assim como outros países, direitos de importação bem altos. Esta é a razão pela qual as rendas dos prados e dos campos de pastagem na Inglaterra, quando há abundância de dinheiro, têm um valor três vezes superior ao das terras de cultivo.

Não resta dúvida que os embaixadores, os viajantes e as famílias que vêm estabelecer-se no país fazem aumentar o consumo e que o

preço das coisas se eleva em todos os canais de troca em que o dinheiro é introduzido.

Quanto aos subsídios que se recebe das potências estrangeiras, estes ficam reservados para as necessidades do país ou são postos em circulação. Se forem reservados, ficam fora do meu assunto, pois só trato do dinheiro que circula. O dinheiro retirado da circulação, a baixela, a prata das Igrejas, etc., são riquezas de que, em casos extremos, o Estado pode até lançar mão, mas que não têm, no momento, nenhuma utilidade. Se o Estado lança na circulação os subsídios em questão – o que só pode fazer pelo consumo –, certamente fará aumentar o consumo e encarecerá os preços das coisas. Quem quer que receba este dinheiro voltará a imprimir-lhe movimento investindo-o naquela que é a questão principal da vida: a alimentação – a sua própria ou de outrem – dado que, em última instância, todas as coisas a ela se remetem.

CAPÍTULO VII

CONTINUAÇÃO DA MESMA QUESTÃO: DO AUMENTO E DA DIMINUIÇÃO DA QUANTIDADE DE DINHEIRO EFETIVO NUM PAÍS

Como o ouro, a prata e o cobre têm um valor intrínseco, proporcional à terra e ao trabalho que entram na sua produção, no local em que são extraídos das minas e proporcional também aos custos da sua importação ou introdução nos países que não têm minas, a quantidade de dinheiro, como a de todas as demais mercadorias, tem seu valor determinado nas alterações do mercado ao confrontar-se com todas as outras coisas.

Se a Inglaterra começa a usar ouro, prata e cobre nas trocas, o dinheiro será estimado, conforme sua quantidade na circulação, proporcionalmente ao valor que adquire ao se confrontar com todas as outras mercadorias e gêneros e nós chegaremos a estabelecer esta estimativa, grosseiramente, através das alterações do mercado. Com base

nestas estimativas, os proprietários de terra e os empresários fixarão os salários dos criados e dos operários que eles empregam, estabelecendo um tanto por dia ou por ano, de tal modo que os trabalhadores e suas famílias possam subsistir com o montante que recebem.

Suponhamos, agora, que, ao virem residir na Inglaterra, os embaixadores e os viajantes estrangeiros tenham introduzido na circulação tanto dinheiro quanto nela havia anteriormente. Este dinheiro passará, primeiro, pelas mãos dos inúmeros artesãos, criados, empresários, de todos os que tiverem se ocupado no trabalho necessário ao provimento das necessidades e divertimentos, etc., desses estrangeiros. Os manufatureiros, os arrendatários e os demais empresários se darão conta deste aumento da quantidade de dinheiro, que levará um grande número de pessoas a adquirir hábitos que representam uma despesa bem maior do que a que tinham anteriormente e, conseqüentemente, isto encarecerá o preço das coisas. Até as crianças, filhos destes empresários e destes artesãos, aumentarão suas despesas, pois seus pais, diante desta abundância, lhes darão algum trocado para comprar pastéis, tortinhas, etc. e esta nova quantidade de dinheiro se distribuirá de tal modo que inúmeras pessoas, que antes subsistiam sem lidar com nenhum dinheiro, passarão, agora, a usá-lo sempre. Muitas destas trocas, que antes se faziam diretamente, agora se farão com dinheiro e, por conseguinte, a circulação do dinheiro, na Inglaterra, será muito mais rápida do que era anteriormente.

A conclusão que tiro de tudo que foi dito é que a introdução do dobro da quantidade de dinheiro num país, não duplica sempre o preço dos gêneros e mercadorias. Um rio que corre e serpenteia, não correrá duas vezes mais rápido porque duplica a quantidade das suas águas.

A carestia, que o aumento da quantidade de dinheiro introduz no país, vai depender do ritmo que este dinheiro imprimirá ao consumo e à circulação. Por quaisquer mãos que passe o dinheiro que foi introduzido, naturalmente ele fará aumentar o consumo, mas este consumo será maior ou menor, conforme o caso. Certamente que ele recairá mais sobre algumas mercadorias ou gêneros do que sobre outros, segundo as características dos que detêm o dinheiro. Os preços de al-

guns gêneros subirão mais do que o de outros, por mais abundante que seja o dinheiro. Na Inglaterra, o preço da carne poderia triplicar, sem que o preço do trigo suba mais do que um quarto.

Na Inglaterra sempre se permitiu a entrada de trigo estrangeiro, mas nunca se autorizou a introdução da carne vinda de outros países. Daí decorre que por maior que possa vir a ser o aumento da quantidade de dinheiro efetivo na Inglaterra, o preço do trigo nunca fica mais alto do que nos países em que o dinheiro é raro, apesar dos custos e dos riscos que envolvem a introdução, na Inglaterra, do trigo desses mesmos países.

O mesmo não ocorre com o preço da carne, que será necessariamente proporcional à quantidade de dinheiro que oferecem por ela, proporcional, portanto, à quantidade de carne e ao número de bois que se cria.

Um boi que pesa 800 libras vende-se, hoje, na Polônia e na Hungria, por duas ou três onças de prata, enquanto que no mercado de Londres ele alcança comumente mais de 40 onças de prata. Neste mesmo tempo, não se consegue vender em Londres o sesteiro de trigo pelo dobro do preço pelo qual se vende na Polônia e na Hungria.

O aumento da quantidade de dinheiro não faz aumentar o preço dos gêneros e das mercadorias senão na medida em que se lhe acrescenta os custos do transporte, desde que este transporte seja permitido. Muitos são os casos em que o transporte custaria mais do que o valor da coisa, o que torna inútil a madeira em muitas regiões. É ainda por causa do transporte que nas províncias muito distantes da Capital, o leite, a manteiga fresca, as verduras, a caça, etc., não custam quase nada.

Concluo, pois, que o aumento da quantidade de dinheiro efetivo num país acarreta sempre um aumento no consumo e cria hábitos de gastos maiores. Mas o encarecimento que este dinheiro provoca não atinge igualmente todas as espécies de gêneros e mercadorias na mesma proporção da quantidade de dinheiro, a menos que o dinheiro introduzido não permaneça nos mesmos canais em que circulava o dinheiro primitivo. Ou seja, a menos que aqueles que ofereciam nos

mercados uma onça de prata não sejam os mesmos e os únicos que agora oferecem duas onças, depois que, na circulação, o dinheiro dobrou de peso, o que não ocorre mais. Creio que quando se introduz num país uma boa quantidade de dinheiro excedente, este novo dinheiro dá um impulso maior ao consumo e imprime, inclusive, mais velocidade à circulação, o que, entretanto, não pode ser rigorosamente mensurado.

CAPÍTULO VIII

OUTRA REFLEXÃO SOBRE O AUMENTO E A DIMINUIÇÃO DA QUANTIDADE DE DINHEIRO EFETIVO NUM PAÍS

Já vimos que é possível aumentar a quantidade de dinheiro efetivo num país por meio do trabalho nas minas que nele existam, com os recursos advindos das potências estrangeiras, com a transferência de famílias estrangeiras, com o estabelecimento de residência dos embaixadores e viajantes, e, principalmente, por meio de um intercâmbio comercial constante e anual que, ao fornecer produtos ao estrangeiro, converta, pelo menos uma parte do preço deles, em ouro e prata em espécie. É por esta última via que um país cresce mais solidamente, sobretudo quando este comércio é acompanhado e sustentado por uma marinha poderosa e por uma produção considerável no interior do país, capaz de fornecer as matérias primas necessárias à manufatura dos produtos que são exportados.

Entretanto, como o desenvolvimento deste comércio acarreta, pouco a pouco, uma grande abundância de dinheiro que, por sua vez, aumenta, pouco a pouco, o consumo, o qual, para ser suprido, requer que se importe muitos produtos do exterior que, para poderem ser comprados, consomem uma parte do saldo anual. Por outro lado, o aumento dos gastos faz encarecer o trabalho dos operários e, por conseguinte, o preço do produto das manufaturas. Ademais, alguns países estrangeiros passam a produzir, eles próprios, certas mercadorias, dei-

xando, por conseguinte, de comprá-las do país em questão. Conquanto no início estas novas manufaturas não sejam perfeitas, ainda assim elas retardam e, inclusive, impedem, que o país vizinho que produz mais barato lhes exporte os seus produtos.

Deste modo, o país começa a perder alguns ramos do seu comércio lucrativo e muitos dos seus trabalhadores e artesãos, ao verem o trabalho escassear, abandonam o país e emigram para buscar emprego no país que recém-inaugurou estas manufaturas. Malgrado esta diminuição do saldo comercial, nem por isso se renuncia ao hábito de importar muitos gêneros do exterior.

Como os produtos e manufaturas gozam de boa reputação e como a facilidade de navegação permite que eles sejam enviados para países distantes a baixos custos, o país terá, por um bom tempo, condições de vencer a concorrência sobre as novas manufaturas a que nos referimos, conservando, assim, um pequeno saldo comercial ou, pelo menos, uma balança equilibrada. No entanto, se qualquer outro país marítimo se dedicar a aperfeiçoar seus produtos e, ao mesmo tempo, melhorar sua navegação, ele suplantará, pelo bom preço das suas manufaturas, inúmeros ramos do comércio do país de que estávamos tratando. Por conseguinte, este país começará a perder a sua vantagem comercial e será obrigado a enviar todos os anos uma parte do seu dinheiro para o estrangeiro, como pagamento dos gêneros que importa.

Mesmo que este país pudesse conservar um saldo comercial no momento em que desfruta de uma grande abundância de dinheiro, é razoável supor que isto só poderia ocorrer se no país não houvesse uma gama muito grande de particulares opulentos habituados a viver no luxo.

Isto porque, eles comprariam quadros, pedras preciosas, sedas, inúmeras raridades e criariam no país um tal hábito de vida luxuosa que, malgrado as vantagens do seu comércio, o dinheiro acabaria se escoando anualmente para o exterior, em pagamento dos artigos de luxo. Com isto, o país se empobreceria e deixaria de constituir a grande potência que era.

Ainda que um país tenha alcançado seu mais alto grau de riqueza, e para mim a riqueza comparativa das nações consiste principalmente

nas respectivas quantidades de dinheiro que elas possuem, nada impede que no curso das coisas ele volte a cair na pobreza. A excessiva abundância de dinheiro que faz – enquanto perdura – a grandeza das nações, lança-as, insensível, mas naturalmente, na indigência. Pareceria até que, quando uma nação se expande por meio do comércio, e a abundância de dinheiro encarece excessivamente os preços da terra e do trabalho, o príncipe ou o legislador deveriam retirar parte do dinheiro e reservá-lo para os imprevistos, além de tentar tornar mais lenta sua circulação, por todos os meios, salvo os violentos, e os de má fé, a fim de tentar impedir um excessivo encarecimento dos seus produtos e para tentar impedir os inconvenientes do luxo.

Mas como não é fácil perceber a tempo o momento em que se deve intervir, assim como não é fácil saber quando o dinheiro se tornou mais abundante do que deveria sê-lo para o bem e a conservação das vantagens da nação, os Príncipes e os chefes das repúblicas, que nunca se perturbam com este tipo de conhecimentos, dedicam-se apenas a se servir da facilidade que encontram, em decorrência da abundância das rendas da nação, a estender seu poder e a insultar as outras Nações pelos pretextos mais frívolos. Bem vistas as coisas, eles não fazem talvez tão mal em trabalhar para perpetuar a glória de seus reinos e da sua administração, procurando deixar monumentos do seu poder e da sua opulência, pois, segundo a ordem natural das coisas, a nação deve declinar por si mesma e eles não fazem senão acelerar a sua queda. Parece, entretanto, que eles deveriam tentar fazer perdurar seu poder pelo menos enquanto durar à sua própria administração.

Não são precisos muitos anos para levar uma nação a seu grau máximo de abundância, assim como é suficiente um tempo menor ainda para levá-la à indigência por falta de comércio e manufaturas. Mesmo sem falar da ascensão e queda da república de Veneza, das cidades hanseáticas, de Flandres e Brabante, da república da Holanda, etc., que se sucederam à frente dos ramos lucrativos do comércio, podemos dizer que a França só começou a crescer depois de 1646, quando foram fundadas as manufaturas de tecidos, que até 1684 eram importa-

das do exterior. A expulsão dos inúmeros empresários e artesãos protestantes, a partir de então, leva o reino ao declínio.⁷

Não conheço regra melhor para avaliar a abundância e a escassez de dinheiro em circulação do que a dos arrendamentos e das rendas dos proprietários de terra. Quando se arrendam terras a altos preços é porque há abundância de dinheiro, mas quando se é obrigado a arrendá-las por preços bem baixos, isto demonstra – mantidas todas as demais condições – que o dinheiro é escasso. Li, num Relatório sobre a França, que um arpeno de vinhas que, em 1660, com o dinheiro abundante, era arrendado, em Mantes, bem longe, portanto, da Capital, por 200 libras tornesas, não se arrendava, em 1700, com o dinheiro escasso, senão por 100 libras tornesas, ainda que a prata que, neste período, foi trazida das Índias Ocidentais tenha, naturalmente, elevado o preço das terras, na Europa.

O autor do Relatório atribui esta diminuição da renda à falta de consumo. Parece que, de fato, ele havia observado que o consumo do vinho havia diminuído, mas a meu ver ele toma o efeito pela causa. A causa seria uma maior escassez de dinheiro na França, cujo efeito, naturalmente, seria uma diminuição do consumo. Para mim, ao contrário – e já o disse inúmeras vezes neste *Ensaio* – a abundância de dinheiro leva a um aumento do consumo e, sobretudo, contribui para valorizar as terras. Quando a abundância de dinheiro eleva os preços a um nível honesto, os habitantes esforçam-se para trabalhar para adquiri-los, mas não se empenham do mesmo modo para adquirir nenhum dos gêneros ou mercadorias que ultrapassem o estritamente necessário.

7 Cantillon se refere, aqui, à revogação do Édito de Nantes, em 1685. O Édito de Nantes (assinado em 1598) tinha criado condições relativamente pacíficas para que os protestantes, conhecidos na França como huguenotes, pudessem se aplicar com certa liberdade às atividades econômicas. A França conhece, nesse período, em função das liberdades religiosas, um florescimento político e econômico que resulta de modificações significativas em sua base social. Com a revogação do Édito, cerca de 200.000 protestantes deixaram a França e se dirigiram para aqueles países onde pudessem exercer com liberdade as suas atividades produtivas. [N. T.]

É notório que todo país que tem mais dinheiro em circulação do que seus vizinhos goza de uma vantagem sobre eles, enquanto conservar esta abundância de dinheiro.

Em primeiro lugar, porque este país dá, na troca, em todos os ramos do comércio, menos terra e trabalho do que recebe, pois, dado que o preço da terra e do trabalho são, em toda parte, estimados em dinheiro, este preço é mais alto no país em que o dinheiro é mais abundante. Assim, o país em questão, freqüentemente, recebe o produto de dois arpentos de terra em troca de apenas um, e o trabalho de dois homens em troca, também, apenas de um. Por isso, isto é, devido a esta abundância de dinheiro em circulação em Londres, é que o trabalho de um único bordador inglês custa mais do que o de dez chineses, muito embora os chineses bordem melhor e produzam mais durante a jornada. A Europa fica surpresa ao ver como os Indianos podem subsistir trabalhando por tão pouco e como podem custar tão barato os maravilhosos tecidos que eles nos enviam.

Em segundo lugar, as rendas da nação em que o dinheiro é abundante podem elevar-se mais facilmente e atingir, comparativamente, somas maiores, o que lhe dá meios, em caso de guerra ou de conflitos, de contar com todo tipo de vantagens sobre os países adversários, onde o dinheiro é mais escasso.

Se dois príncipes guerreiam pela soberania ou conquista de um país e um deles conta com muito dinheiro, enquanto o outro dispõe de pouco, muito embora possua domínios capazes de valer duas vezes mais do que todo o dinheiro de seu inimigo, o primeiro terá melhores condições de obter a adesão de generais e oficiais pela liberalidade com que dispõe do dinheiro, do que o segundo, mesmo que este dê aos seus o dobro do valor em terras e domínios. As cessões de terras estão sujeitas a contestações e a rescisões, e não se pode contar tanto com elas quanto com o dinheiro que se recebe. Com dinheiro pode-se comprar munições de guerra e de boca, inclusive dos próprios inimigos. Com dinheiro pode-se pagar serviços secretos e sem testemunhos, enquanto terra, gêneros, mercadorias e, inclusive, jóias e diamantes não servem para isto, dado que é muito fácil identificá-los. Em suma,

parece-me que o poder e a riqueza comparativa das nações resume-se – mantidas todas as demais condições – na maior ou menor abundância de dinheiro existente em circulação, *hic et nunc*.

Devo referir-me, ainda, a duas outras maneiras de aumentar a quantidade de dinheiro efetivo em circulação num país. A primeira é quando os empresários e os particulares pedem dinheiro emprestado de seus correspondentes estrangeiros, pagando-lhes juros, ou quando os particulares estrangeiros enviam seu dinheiro ao país para comprar ações ou fundos públicos. Isto reúne freqüentemente somas muito consideráveis pelas quais o país deve pagar anualmente juros a estes estrangeiros. Tais maneiras de aumentar o montante de dinheiro tornam, de fato, o dinheiro mais abundante e diminuem a taxa de juros. Por meio deste dinheiro, os empresários conseguem empréstimos mais facilmente, conseguem produzir mais e fundar manufaturas, na esperança de lucrar com elas; os artesãos e todos aqueles pelas mãos de quem este dinheiro circula passam a consumir mais do que o fariam se não tivessem sido empregados por meio deste dinheiro, o que faz subir o preço de todas as coisas, como se este dinheiro pertencesse ao Estado. Em meio ao aumento deste dispêndio ou do consumo que ele provoca, aumentam as rendas que o público recebe pelo consumo.

Estas somas que foram emprestadas ao Estado trazem, de certa maneira, vantagens presentes, mas a sua persistência é sempre onerosa e desvantajosa. Não só é preciso que o Estado pague juros anualmente, mas, ademais, ele estará à mercê dos estrangeiros que podem levá-lo à indigência, sempre que lhes der vontade de retirar-lhe os empréstimos feitos, o que farão precisamente nas ocasiões em que este dinheiro for mais indispensável, como nos momentos que antecedem os preparativos de guerra ou quando se teme algum contratempo.

O montante de juros que se paga aos estrangeiros é sempre maior do que o aumento da renda pública que este dinheiro proporciona. Vemos freqüentemente tais empréstimos em dinheiro passarem de um país a outro, segundo a confiança que se tem nos países aos quais se empresta. Mas, para dizer a verdade, ocorre, muito freqüentemente, que os países que receberam estes empréstimos e que durante muitos anos pagaram grandes somas em juros, acabam sem poder cobrir os

capitais e vão à bancarrota. À menor desconfiança os fundos ou ações públicas caem, os acionistas estrangeiros não as querem aceitar de volta com prejuízo e preferem receber seus juros enquanto aguardam que a confiança seja readquirida, o que nem sempre ocorre.

Nos países que entram em decadência, a principal tarefa dos ministros é reconquistar a confiança perdida e, assim, atrair dinheiro do estrangeiro para este tipo de empréstimos, pois, a menos que o ministério esteja agindo de má fé e não honre os seus compromissos, o dinheiro dos súditos continuará a circular sem interrupção. É o dinheiro dos estrangeiros que pode aumentar a quantidade de dinheiro efetivo num país.

Estes empréstimos que, como vimos, são vantajosos momentaneamente, levam, no entanto, a um mau resultado e não passam de fogo de palha. Para reerguer um país que entrou em decadência e que carece de dinheiro é preciso se empenhar, anual e constantemente, para obter um saldo favorável na balança comercial, usar a navegação para permitir o florescimento daqueles produtos e mercadorias que podem ser exportados a preços mais baixos. Os negociantes são os primeiros a fazer fortuna, os juristas se apropriarão, a seguir, de uma parte dela, o Príncipe e os cobradores de impostos poderão adquiri-la, às custas de uns e de outros, e distribuir as mercês segundo seus desejos. Quando o dinheiro tiver se tornado bastante abundante, virá o luxo e o país entrará novamente em decadência.

Este é, aproximadamente, o ciclo que percorrerá um país importante, que tenha fundos e habitantes industriais. Um ministro hábil tem sempre boas condições para fazê-lo recomeçar o ciclo, e não são necessários muitos anos para que se possa verificar as tentativas e o sucesso obtido, pelo menos no início, que é quando a experiência é mais interessante. O dinheiro efetivo aumenta por inúmeras vias, mas não posso, agora, tratar delas.

Quanto aos países que não contam com grandes fundos e que não podem engrandecer-se senão acidentalmente e segundo as circunstâncias do tempo, é difícil encontrar os meios para fazê-los florescer através do comércio. Não há ministro capaz de recolocar as repúblicas de

Veneza e Holanda na situação brilhante que um dia desfrutaram. Enquanto a Itália, Espanha, França e Inglaterra – qualquer que seja o estado de decadência em que se encontrem – são capazes – mediante uma boa administração – de serem conduzidas, através apenas do comércio, à condição de grande potência. Contanto, porém, que tal empreendimento se faça em separado, pois, se todos estes Estados fossem igualmente bem administrados, ao mesmo tempo, sua importância seria proporcional apenas a seus bens e à maior ou menor atividade de seus habitantes.

O último meio que posso imaginar para aumentar a quantidade de dinheiro efetivo na circulação de um país, é a via da violência e das armas, a qual, freqüentemente, está misturada com as demais, dado que todos os tratados de paz prevêm a manutenção dos direitos comerciais e das vantagens obtidas. Outro meio certo de um Estado atrair dinheiro é cobrar contribuições, ou tornar muitos outros Estados tributários seus. Não me deterei a investigar os meios para viabilizar esta via; observarei apenas que todas as nações que por ela floresceram entraram em decadência, da mesma maneira que os Estados que se desenvolveram pela via do comércio. Foi por esta via que os antigos Romanos se tornaram mais poderosos que todos os outros povos de que temos conhecimento. Entretanto, estes mesmos Romanos, que não perderam nem um centímetro de seu imenso território, entraram em decadência devido ao luxo e se empobreceram em função da diminuição da quantidade de dinheiro efetivo que circulava entre eles e que o luxo fez emigrar do grande Império para as nações orientais.

Enquanto o luxo entre os Romanos, que só começou depois da derrota de Antíoco, rei da Ásia, por volta do ano de 564 da era romana, se satisfez com o produto e com o trabalho de todos os vastos Estados do seu domínio, a circulação do dinheiro não apenas não declinava como só fazia aumentar. O Estado era proprietário de todas as minas de ouro, prata e cobre que existiam no Império. Possuíam as minas de ouro da Ásia, da Macedônia, Aquiléia e as ricas minas de ouro e prata da Espanha e de muitas outras regiões. Suas inumeráveis casas da moeda cunhavam moedas de ouro, prata e cobre. O consumo

que faziam em Roma dos produtos e mercadorias vindas de todas as suas vastas províncias não fazia diminuir a circulação do dinheiro efetivo, do mesmo modo que o consumo de quadros, estátuas e jóias que delas traziam. Ainda que as despesas dos senhores com a mesa fossem excessivas, chegando a pagar quinze mil onças de prata por um único peixe, tudo isto não diminuía a quantidade de dinheiro que circulava em Roma, dado que os tributos pagos pelas províncias o renovavam constantemente, sem falar do dinheiro que pretores e governadores arrecadavam com as suas freqüentes extorsões. As somas que anualmente eram extraídas das minas não faziam senão aumentar a circulação do dinheiro durante todo o reinado de Augusto.

No entanto, o luxo já era muito grande e alimentava a avidez, não apenas por tudo aquilo que de exótico se produzia no Império, mas também pela jóias das Índias, a pimenta, as especiarias, por tudo que de raro vinha da Arábia e pelas sedas que não eram tecidas no Império. Apesar de tudo, a prata que se tirava das minas ultrapassava as somas enviadas ao exterior para comprar todas estas coisas. Com Tibério, no entanto, se começou a sentir que o dinheiro escasseava: este imperador retirou de circulação, durante a sua administração, dois bilhões e setecentos milhões de sestércios. Para restabelecer a abundância e a circulação bastou, porém, um empréstimo de 300 milhões de sestércios sobre as hipotecas das terras. Em menos de um ano, Calígula consumiu todo este tesouro de Tibério, após a sua morte. Foi nesta época que a abundância de dinheiro em circulação atingiu seu apogeu em Roma. O furor pelos artigos de luxo cresceu sem parar; na época de Plínio, o Historiador, saem do Império, anualmente, segundo seus cálculos, pelo menos cem milhões de sestércios, mas já não se tirava tanto das minas. Com Trajano, o preço das terras havia caído em mais de um terço, segundo relata Plínio, o Jovem. O dinheiro continua a diminuir até a época do Imperador Sétimo Severo, quando se tornou tão raro em Roma que este Imperador foi obrigado a criar imensos armazéns de trigo porque não podia acumular tesouros suficientemente significativos para seus empreendimentos. Deste modo, o Império Romano entrou em decadência pela perda do seu dinheiro, muito antes de

haver perdido qualquer dos seus territórios. Isto é o que o luxo causou e continuará a causar em todos os casos semelhantes.

CAPÍTULO IX

DOS JUROS DO DINHEIRO E DE SUAS CAUSAS

O preço das coisas é estabelecido nas alterações do mercado pela proporção entre a quantidade de coisas expostas para a venda e a quantidade de dinheiro que por elas se oferece, ou, o que é a mesma coisa, pela proporção numérica entre vendedores e compradores. Do mesmo modo, os juros do dinheiro se estabelecem pela proporção numérica entre os que pedem e os que oferecem empréstimos de dinheiro.

Ainda que o dinheiro possa servir de garantia na troca, nem por isto ele se multiplica ou produz qualquer juro apenas na circulação. Parece que foram as necessidades humanas que introduziram o uso dos juros. Um homem que empresta o seu dinheiro tendo por base uma boa caução ou sobre hipotecas de terras, corre o risco de enfrentar a inimizade daquele a quem emprestou, o risco dos custos de uma ação, dos processos e das perdas, mas quando ele empresta o seu dinheiro sem estar fundado em nada seguro, ele corre o risco de tudo perder. Em virtude destas razões, os homens necessitados devem, no começo, ter tentado seduzir os emprestadores de dinheiro com os atrativos de um bom lucro, e este lucro teria que ser proporcional às necessidades dos que pediam emprestado e ao temor e à avareza dos que lhes emprestavam o dinheiro. Esta – a meu ver – deve ter sido a origem dos empréstimos a juros, mas o seu uso constante parece tê-lo fundado sobre os lucros que os empresários podem obter.

A terra produz naturalmente, ajudada pelo trabalho humano, quatro, dez, vinte, cinqüenta, cem, cento e cinqüenta vezes a quantidade de trigo que se semeia, dependendo da qualidade do terreno e da industriiosidade dos habitantes. Ela multiplica frutos e animais. O ar-

rendatário, que dirige o trabalho, recebe, em geral, dois terços do produto, dos quais, com um terço ele paga os custos e a sua subsistência enquanto o outro terço constitui o lucro que lhe cabe pelo seu empreendimento.

Se o arrendatário possui recursos suficientes para conduzir seu empreendimento, se ele tem os utensílios e todos os instrumentos necessários, os cavalos para lavrar, os animais para valorizar a terra, etc., ele receberá, por isso, descontados todos os gastos, um terço do produto do seu arrendamento. Mas se um hábil lavrador, que vive do seu trabalho a jornal, e que não tem o menor recurso, conseguir encontrar quem queira emprestar-lhe um terreno ou o dinheiro para poder comprá-lo, ele terá que ceder a quem lhe fez o empréstimo um terço da renda, ou um terço do produto de um terreno do qual ele teria se tornado arrendatário ou empresário. De todo modo, ele acreditará estar melhor do que antes, dado que conseguirá sua subsistência na segunda venda, tornando-se dono, quando antes era servo. Se, mediante uma rigorosa economia, privando-se de certas coisas necessárias, conseguir juntar algo, a cada ano precisará de um empréstimo menor até lograr, posteriormente, se apropriar de toda a terceira renda.

Se este novo empresário encontra quem queira vender trigo ou animais à crédito, para receber a longo prazo, só quando ele já tiver conseguido dinheiro pela venda dos produtos da sua propriedade, ele estará disposto a pagar por eles um preço maior do que o de mercado, em que se paga à vista. Isto seria o mesmo que se ele pedisse um empréstimo de dinheiro vivo para comprar o trigo à vista, pagando de juros a diferença entre o preço à vista e o preço à prazo. Mas, de qualquer modo que seja o seu empréstimo, em dinheiro ou em mercadorias, é indispensável que ele se reserve aquilo de que necessita para manter-se e a sua empresa, caso contrário irá à bancarrota. Devido ao risco, os credores exigirão dele vinte a trinta por cento do lucro ou do juro sobre a quantidade de dinheiro ou sobre o valor dos gêneros ou mercadorias que lhe emprestaram.

Por outro lado, um mestre-chapeleiro, que tem recursos para manter sua manufatura de chapéus, incluindo-se nestes recursos o sufici-

ente para alugar uma casa, comprar castores, lã, tintura, etc., bem como para pagar, semanalmente, a subsistência dos seus operários, deve retirar do seu empreendimento não apenas a sua subsistência, mas, também, um lucro semelhante ao do arrendatário, a quem cabe toda a terça parte da renda. Sua subsistência, tal como seu lucro, deve ser obtida com a venda dos chapéus, cujo preço deve cobrir não só as matérias primas, mas também a subsistência do chapeleiro e dos seus operários, além do lucro em questão.

Entretanto, um companheiro-chapeleiro, competente, mas sem recursos, pode empresariar a mesma manufatura pedindo empréstimos de dinheiro e matérias primas e entregando o lucro a quem queira lhe emprestar o dinheiro ou confiar-lhe o castor, a lã, etc., pelos quais não pagará senão a longo prazo, depois de ter vendido os chapéus. Se ao expirar o prazo estabelecido para o pagamento, o credor reclamar seu capital, ou o mercador de lã e os demais credores não quiserem mais fiar-se nele, será preciso que ele desista do empreendimento ou, se preferir, declarar-se em bancarrota. No entretanto, se ele é sábio e industrioso, poderá fazer ver a seus credores que possui – em dinheiro ou em chapéus – aproximadamente o valor do montante que tomou emprestado e muito provavelmente eles preferirão continuar a fiar-se nele e contentar-se, provisoriamente, com seus juros ou seu lucro. Deste modo, ele prosseguirá com o seu negócio e talvez consiga, paulatinamente, acumular um certo fundo, privando-se de certas necessidades. Com estes recursos, pedirá, a cada ano, empréstimos menores e quando tiver acumulado um fundo suficiente – proporcional sempre ao que deve – para pôr em funcionamento sua manufatura, poderá ficar com todo o lucro e se enriquecerá, se não aumentar as suas despesas.

É bom observar que a subsistência de um tal manufactureiro custa muito pouco quando comparada às somas que ele pediu emprestado ou às matérias primas que lhe foram confiadas. Por conseguinte, os credores não correm grande risco de perder seu capital, se ele for um homem honesto e industrioso. Mas, como é muito possível que ele não o seja, os credores lhe exigirão sempre um juro ou lucro de vinte à trinta por cento do valor do empréstimo e, ainda assim, só o concede-

rão àqueles que tiverem em muito boa conta. Podemos fazer as mesmas observações com relação a todos os mestres, artesãos, manufatureiros e outros empresários existentes no país e que comandam empresas cujos fundos excedem consideravelmente o valor de sua subsistência anual.

Se um carregador de água, em Paris, converte-se em empresário do seu próprio trabalho, os recursos de que necessita reduzem-se ao equivalente do preço de dois baldes, que podem ser comprados por uma onça de prata, pois tudo o mais que ele ganha é lucro. Se ele ganha com seu trabalho cinquenta onças de prata por ano, a soma de seu fundo ou empréstimo estará para seu lucro como um para cinquenta. Portanto, ele ganhará 5 000%, ao passo que o chapeleiro só ganhará 50% e ainda será obrigado a restituir ao credor 20 a 30%.

Entretanto, quem pode, preferirá emprestar mil onças de prata a um chapeleiro, a juros de 20%, do que 1.000 onças a mil carregadores de água, a juros de 500%. Os aguadeiros rapidamente gastarão com sua subsistência não só o dinheiro que ganharam com seu trabalho diário, mas também tudo o que lhes foi emprestado. O capital que lhe emprestam é pequeno, proporcionalmente ao montante de que necessitam para sua subsistência e, assim, quer estejam mais ou menos intensamente ocupados, eles podem facilmente consumir tudo que ganham. Deste modo, nunca se consegue determinar claramente quais são os ganhos destes micro-empresários, pois nós diríamos que o aguadeiro ganha cinco mil por cento do valor dos baldes que constituem o capital da sua empresa, ou até dez mil por cento, se por um trabalho pesado ele recebesse cem onças de prata por ano, mas dado que ele pode despender com a sua subsistência tanto as cem onças quanto as cinquenta, só quando se sabe o quanto ele separou para a sua subsistência é que se pode estabelecer claramente qual foi o seu lucro.

Para determinar o lucro de um empreendimento é preciso sempre abater o montante necessário à subsistência do empresário, que foi o que nós fizemos quando demos os exemplos do arrendatário e o do chapeleiro, mas que não conseguimos distinguir de modo nenhum no

caso dos microempresários. Estes, quando devem, quase sempre vão à bancarrota.

É muito comum os cervejeiros de Londres emprestarem alguns barris de cerveja aos taberneiros e, quando estes pagam os primeiros barris, continuam a lhes fornecer outros. Se o consumo de cerveja nestas tabernas cresce muito, os cervejeiros conseguem obter, às vezes, um lucro de 500% ao ano. Já ouvi dizer que os grandes cervejeiros enriquecem ainda que metade dos taberneiros lhes dê calote no decorrer do ano.

Todos os comerciantes têm por hábito emprestar mercadorias ou gêneros a prazo para os varejistas e calculam os juros destes empréstimos segundo o risco. Este risco é sempre muito grande devido à desproporção entre o valor da subsistência do devedor e o valor que lhe emprestam, pois se o varejista não receber rapidamente pelo que vendeu, ele se arruina e despende com sua própria subsistência tudo que pediu emprestado e, por conseguinte, vai à falência.

As revendedoras de peixe, que o compram em Billingsgate, em Londres, para revendê-lo em outros bairros da cidade, pagam, em geral, de juros semanais, mediante um contrato assinado por um escrivão competente, um xelim por guinéu, ou por vinte e um xelins, o que perfaz 260 % ao ano. As revendedoras do Halles, em Paris, cujas empresas são menores, pagam 5 vinténs semanalmente de juros por um escudo de três libras, o que representa 430% por ano. Apesar disto, é reduzido o número de empresários que enriquecem com juros tão altos.

Juros tão altos são não apenas tolerados, mas, freqüentemente, úteis e necessários. Os que compram peixe na rua pagam estes juros através do preço elevado que pagam pelo peixe, pois isto lhes é cômodo e eles não reclamam do prejuízo. Do mesmo modo que um artesão que toma um copo de cerveja e paga por ela um preço que permite ao cervejeiro obter um lucro de 500%, fica satisfeito com esta comodidade e não lamenta um prejuízo tão insignificante.

Os casuístas, que não são os mais indicados para tratar da natureza dos juros e das questões do comércio, criaram um termo, *damnum emergens*, por meio do qual pretenderam tornar toleráveis estes altos

juros. Assim, mais do que subverter o uso e a conveniência das sociedades, eles permitiram que aqueles que fazem empréstimos muito ariscados pudessem cobrar, proporcionalmente, altos juros e, ademais, que estes juros não tivessem limites estipulados, porquanto, na verdade, seria difícil estabelecê-los, porque o que determina a taxa de juros é o temor de quem empresta e a necessidade de quem solicita.

Quem negocia no mar é muito elogiado quando consegue obter, pelo seu empreendimento, um lucro de dez mil por cento; do mesmo modo, qualquer que seja o lucro que os atacadistas estipulem como justo quando vendem gêneros ou mercadorias a longo prazo para os pequenos varejistas, jamais ouvi dizer que os casuístas considerassem isto um crime. Eles parecem mais escrupulosos quando se trata de empréstimos de dinheiro bruto, embora, no fundo, seja a mesma coisa. Mas, inclusive para este tipo de empréstimos, os casuístas imaginaram uma expressão, *lucrum cessans*, capaz de torná-lo tolerável. No meu entender, isto quer dizer que um indivíduo que se habituou a valorizar o seu dinheiro 500% em seus negócios, pode estipular este lucro ao emprestá-lo para outro. Nada é mais divertido que a infinidade de leis e cânones que foram criados em todos os séculos para regular os juros do dinheiro, sempre feitos por sábios que ignoravam tudo sobre comércio e sempre inutilmente.

Vemos, por estes exemplos e observações, que uma nação possui inúmeros tipos e variedades de juros e lucros. Para as classes mais baixas os juros são, proporcionalmente, sempre maiores, porquanto o risco é, também, sempre maior. Os juros diminuem a cada classe até alcançar a mais alta, que é a dos negociantes ricos, que são considerados os que têm maior liquidez. Os juros estipulados para esta classe é o que se chama a taxa corrente de juros num país, que absolutamente não difere dos juros que são estipulados sobre a hipoteca das terras. Estima-se tanto a caução de um negociante sólido e que goza de liquidez – pelo menos por um prazo curto – quanto ações de uma propriedade, porque a possibilidade de um processo ou de uma contestação sobre esta última compensa a possibilidade da bancarrota do negociante.

Se numa nação não houvesse empresários capazes de fazer o dinheiro e as mercadorias que eles emprestam dar lucro, o hábito de cobrar juros não seria tão comum quanto é. Só as pessoas extravagantes e pródigas é que fariam empréstimos. Mas o hábito generalizado de se recorrer aos empresários demonstra que há uma procura permanente por empréstimos e, por conseguinte, cobrança de juros. São os empresários que cultivam as terras, que fornecem pão, carne, roupas, etc., a todos os habitantes de uma cidade. Invejando sua posição, os que trabalham para eles procuram, por sua vez, tornar-se, também, empresários. O número de empresários é ainda maior na China porque como eles têm espírito vivo e jeito para os negócios, além de constância para conduzi-los, existem entre eles empresários que entre nós não passariam de assalariados. Eles empresariam até mesmo a entrega de refeições aos lavradores, no campo. Talvez seja esta multidão de microempresários, e tantos outros, em todas as classes, que, logrando os meios de ganhar muito com o consumo, sem que os consumidores o sintam, que sustenta o preço dos juros, na classe mais alta, em 30%, enquanto na Europa os juros nunca vão além de 5%. Em Atenas, à época de Sólon, os juros chegaram a 18%. Na República Romana freqüentemente ele ficou em 12%, embora tenha ido a 48%, a 20%, a 8%, a 6 % ou, ainda mais baixo, a 4%. De qualquer maneira, o juro nunca foi tão baixo quanto no fim da República, e no governo de Augusto, depois da conquista do Egito. Os imperadores Antonino e Alexandre Severo, só conseguiram reduzir os juros a 4% emprestando o dinheiro público sobre a hipoteca de terras.

CAPÍTULO X

CAUSAS DO AUMENTO E DA DIMINUIÇÃO
DOS JUROS DO DINHEIRO

É uma idéia comum e admitida por todos que escreveram sobre o comércio, que o aumento da quantidade de dinheiro efetivo num país leva à redução da taxa de juros, porque quando o dinheiro é abundante é mais fácil encontrar quem queira emprestá-lo. Esta idéia nem sempre é verdadeira ou justa. Basta lembrarmos que em 1720⁸ quase todo o dinheiro da Inglaterra foi levado para Londres e que, ainda por cima, o número de letras lançadas no mercado acelerou o movimento do dinheiro de uma maneira extraordinária. No entretanto, esta abundância de dinheiro e o crescimento da sua circulação, em vez de reduzir os juros correntes, que anteriormente eram de 5%, ou até menos, só fez aumentá-los, chegando estes a atingir 50 ou 60%. Se atentarmos para a exposição que fiz no capítulo anterior sobre os princípios e as causas dos juros, fica mais fácil entender a razão da elevação desta taxa. O fato é que com o sistema do Mar do Sul todo mundo havia se tornado empresário e queria dinheiro emprestado para comprar ações, acreditando que obteria lucros fantásticos que permitiriam pagar facilmente os altíssimos juros.

Se a abundância de dinheiro num país vem pelas mãos daqueles que o emprestam, ela levará, sem dúvida, à redução dos juros correntes, ao aumentar o número daqueles que oferecem tais empréstimos. No entanto, se esta abundância tem origem naquelas pessoas que o gastam, ocorrerá exatamente o oposto, pois ela fará com que os juros subam, ao aumentar o número daqueles empresários que terão que trabalhar em meio a este aumento da despesa e que terão que pedir empréstimos para poder equipar suas empresas arcando com as mais diferentes taxas de juros.

8 O ano de 1720 foi marcado por grandes especulações, na França, em torno do "sistema" de Law e, na Inglaterra, em torno da Companhia do Mar do Sul, que será referida a seguir. [N. T.]

A abundância ou a escassez de dinheiro num país, sempre eleva ou reduz os preços de todas as coisas nas alterações da troca, sem que haja nenhuma relação necessária com a taxa de juros, que pode ser muito alta no país em que há abundância de dinheiro, ou muito baixa onde o dinheiro é raro; alta onde tudo é caro, e baixa onde tudo é muito barato; alta em Londres e baixa em Gênova.

O juros sobem ou caem todos os dias a partir de simples boatos, que fazem crescer ou diminuir a confiança dos credores, sem que o preço das coisas na troca chegue a se alterar por isto.

A causa mais comum de juros altos num país são os altos gastos dos senhores e proprietários de terra ou de outras pessoas ricas. Os empresários e os mestres artesãos abastecem as grandes casas, mas, para fazê-lo, quase sempre necessitam de empréstimos que os deixem em condições de realizar este fornecimento. Quando estes ricos senhores fazem empréstimos que lhes permitam consumir antecipadamente suas rendas contribuem ainda mais para fazer subir as taxas de juros.

No entanto, quando os senhores levam uma vida econômica, comprando à vista sempre que podem e mandando que seus empregados obtenham aquilo de que necessitam, sem que estas coisas tenham que ser intermediadas por muitos empresários, ocorre o inverso, pois o lucro e o número destes empresários diminui e, por conseguinte, reduz-se, também, o número dos credores e a taxa de juros, pois trabalhando com recursos próprios, estes empresários contentam-se com pequenos lucros e impedem a entrada daqueles que, sem contar com tais recursos, só poderiam tornar-se empresários mediante a obtenção de empréstimos. Esta é hoje a situação das Repúblicas de Gênova e da Holanda, em que os juros são, às vezes, de 2%, ou até menos nas classes mais altas, enquanto na Alemanha, Polônia, França, Espanha, Inglaterra e outros países, a prodigalidade nos gastos e consumo dos senhores e proprietários de terra, sobretudo aqueles que – com alto risco para os credores – importam tudo do exterior, sustenta os empresários e os mestres artesãos, que estão habituados aos altos lucros, que lhes permitem pagar juros elevados.

Quando o Príncipe ou o Estado faz grandes despesas, como quando estão em guerra, os juros elevam-se por duas razões: a primeira é porque isto multiplica o número de empresários voltados para os inumeráveis novos empreendimentos de fornecimento de provisões para a guerra, e, por consequência, os empréstimos. A segunda razão é porque a guerra implica sempre em maiores riscos.

Ao contrário, quando a guerra termina, os riscos diminuem, diminui o número de empresários, deixam de existir os empresários que faziam a guerra, diminuem suas despesas e passam a emprestar o dinheiro que ganharam. Nestas condições, se o Príncipe ou o Estado se propuserem a saldar uma parte das suas dívidas, isto reduzirá consideravelmente a taxa de juros, sobretudo se eles, de fato, estiverem em condições de quitar parte da dívida sem precisar recorrer a outros empréstimos porque estes reembolsos aumentam o número dos que emprestam a taxas mais altas de juros, o que, por sua vez, poderá influir sobre as demais taxas.

Quando a abundância de dinheiro num país decorre de uma balança comercial constante, este dinheiro passa primeiro pelas mãos dos empresários e, ainda que ele aumente o consumo, faz baixar a taxa de juros porque a maior parte dos empresários obtém fundos suficientes para conduzir seu comércio sem dinheiro, passando, inclusive, a emprestar as somas que ganharam e que ultrapassam o montante necessário à condução dos seus negócios. Nestas circunstâncias, mesmo que no país não haja um grande número de senhores ou gente rica capaz de fazer grandes despesas, a abundância de dinheiro não deixará de provocar a queda da taxa de juros, na mesma proporção que fará subir o preço dos gêneros e das mercadorias no processo de troca. É isto que freqüentemente ocorre nas repúblicas que não têm nem fundos nem terras consideráveis e que só se enriquecem com o comércio exterior. Mas nos países que têm muitos recursos e grandes proprietários de terra, o dinheiro adquirido no comércio com o exterior eleva a sua renda e lhes permite aumentar muito o consumo, o que sustenta inúmeros empresários e artesãos, além daqueles que mantêm o comércio com o exterior. Assim, malgrado a abundância de dinheiro, os juros são sempre muito altos.

Quando os senhores e os proprietários de terras se arruinam em decorrência da extravagância de seus gastos, os credores que detêm a hipoteca de suas terras podem chegar a se apropriar destas propriedades. Pode muito bem ocorrer que estes prestamistas sejam credores de muito mais dinheiro do que o que está em circulação, e, neste caso, podem ser considerados como subproprietários das terras e gêneros que, para sua própria segurança, exigiram fossem hipotecados. Sem tal cuidado, arriscavam-se a ir à bancarrota.

Do mesmo modo podemos considerar os proprietários de ações e fundos públicos como subproprietários das rendas do Estado, que são usadas para pagar seus próprios juros. Mas se por lei o Estado estiver obrigado a empregar suas rendas de outro modo, os acionistas ou proprietários de fundos públicos perderiam tudo, sem que o dinheiro em circulação no país diminuísse, por isso, nem um centavo.

Se o Príncipe ou os administradores do Estado quiserem regular, por lei, a taxa corrente de juros, é preciso que esta regulamentação se faça com base na taxa mais alta, estabelecida no mercado, ou por valor aproximado. De outro modo a lei será inútil porque as partes contratantes, que seguirão a regra das alterações ou a taxa corrente regulada pela proporção entre os que pedem e os que oferecem empréstimos, estabelecerão mercados clandestinos. A obrigação de cumprir a lei, portanto, servirá apenas para prejudicar o comércio e elevar os juros, ao invés de servir para fixá-los.

Os romanos, outrora, depois de muitas leis para restringir os juros, decretaram uma lei cujo objetivo era proibir inteiramente o empréstimo de dinheiro, a qual, entretanto, não teve mais sucesso do que as anteriores. A lei promulgada por Justiniano proibindo que as pessoas de qualidade cobrassem mais de 4% de juros, os de uma ordem inferior, 6%, e os comerciantes, 8%, era, ao mesmo tempo, ridícula e injusta, dado que não proibia lucros de cinquenta e, até, cem por cento, em outros empreendimentos.

Se é permitido e honesto que um proprietário de terra a arrende por um alto preço a um indigente com o risco de perder toda a renda de um ano, parece que também deveria ser permitido a um credor

emprestar o seu dinheiro a um necessitado, estipulando os juros que quisesse e que o outro se dispusesse a pagar, embora com o risco de perder não apenas seus jurós, mas, inclusive, seu capital. É verdade que os empréstimos desta natureza fazem devedores mais desgraçados, pois tendo consumido os capitais e os juros eles ficam mais do que nunca impossibilitados de se reerguerem, enquanto que o arrendatário, pelo menos, não consumiu a terra. De todo modo, as leis que regulavam as falências eram muito favoráveis aos devedores, visando deixá-los em condições de se recuperar, quando, parece, as leis sobre os juros deveriam, sempre, acompanhar as taxas de mercado, como se faz na Holanda.

As taxas correntes de juros num país parecem servir de base e de regra para os preços de compra das terras. Se os juros correntes são de 5%, ou seja, corresponde ao preço de um denário por vinte, o preço das terras deveria ser o mesmo. Mas como a propriedade das terras dá um status e permite uma certa influência sobre o Estado, ocorre que quando os juros são de um denário por vinte, o preço das terras é um denário por vinte e quatro ou vinte e cinco, ainda que as hipotecas sobre estas terras nunca ultrapassem a taxa corrente de juros.

Finalmente, o preço das terras, como todos os demais preços, regula-se naturalmente pela proporção entre vendedores e compradores, etc. Dado que há muito mais compradores em Londres, por exemplo, do que nas províncias, e como estes compradores que residem na Capital preferirão comprar terra nas vizinhanças ao invés de comprá-las nas províncias distantes, ocorrerá que eles preferirão comprar terras vizinhas a um denário por trinta ou trinta e cinco e não comprá-las a vinte e cinco ou vinte e dois, nas regiões mais distantes. Certamente que há outras razões que influem nos preços das terras, as quais não é preciso nos referirmos aqui, porque não alteram os esclarecimentos que demos sobre a natureza dos juros.

TERCEIRA PARTE

CAPÍTULO I

DO COMÉRCIO EXTERIOR

Um país parece estar em vantagem quando troca uma pequena quantidade do produto da terra por quantidade maior no comércio com um país estrangeiro, e se o dinheiro que nele circula for mais abundante do que o que circula no referido país, ele sempre trocará uma pequena quantidade do produto da terra por outra maior.

Quando o país troca seu trabalho pelo produto da terra de um outro país, ele parece ter obtido vantagem neste comércio, dado que os seus habitantes são mantidos às custas deste último.

Quando um país troca o seu produto, juntamente com o seu trabalho, por um produto maior de um outro país, juntamente com um trabalho igual ou maior, ele ainda parece estar em vantagem neste comércio.

Se as senhoras de Paris consomem, num ano normal, rendas de Bruxelas no valor de cem mil onças de prata, o quarto de um arpeno de terra no Brabante, que produzirá cento e cinquenta libras de linho que serão depois transformados em rendas finas em Bruxelas corresponderá a esta soma. É necessário o trabalho de aproximadamente duas mil pessoas no Brabante, durante um ano, para atender todas as partes desta manufatura, desde a sementeira do linho até a máxima perfeição da renda. O comerciante de renda ou o seu empresário em Bruxelas fará o investimento; ele pagará direta ou indiretamente a todas as fiandeiras e às rendeiras, e, na medida do seu trabalho, a todos aqueles que confeccionam os instrumentos que elas usam. Todos aqueles que tomam parte no trabalho obterão sua subsistência, direta ou indiretamente, do arrendatário do Brabante, que paga em

parte a renda do seu proprietário. Se calcularmos em três arpentos de terra por cabeça o produto da terra necessário para a manutenção das duas mil pessoas que supusemos envolvidas nesta produção, bem como para a subsistência dos seus familiares, que em parte vivem dela, veremos que há seis mil arpentos de terra no Brabante empregados na subsistência daqueles que tomam parte na confecção das rendas, e tudo isto às expensas das senhoras parisienses que pagarão e usarão estas rendas.

As senhoras de Paris pagarão as cem mil onças de prata, cada qual segundo a quantidade de renda que comprar. Todo este dinheiro terá que ser enviado para Bruxelas, deduzidos apenas os gastos da remessa. É preciso que o empresário de Bruxelas possa obter, com este dinheiro, não apenas a remuneração de todos os seus adiantamentos, os juros do dinheiro que porventura tiver emprestado, mas, também, um lucro pelo seu empreendimento, para a manutenção de sua família. Se o preço que as senhoras pagarem pela renda não cobrir todos estes custos, além do lucro, em geral, não haverá estímulo para prosseguir com esta manufatura e os empresários deixarão de realizá-la ou, então, irão à bancarrota. No entretanto, dado que nós supusemos que a manufatura prossegue, é imprescindível que todas aquelas despesas estejam contidas nos preços que as senhoras de Paris pagam e que as cem mil onças de prata sejam enviadas a Bruxelas, a menos que os brabantinos tenham comprado algo na França e, com isto, se dê uma compensação.

Mas se os habitantes de Brabante gostam dos vinhos de Champagne, e consomem, num ano normal, o valor de cem mil onças de prata, o vinho poderá compensar as rendas e, no que se refere a este dois produtos, a balança comercial ficará equilibrada. A compensação e a circulação se farão por intermédio dos empresários e dos banqueiros que intervirão de um lado e de outro.

As senhoras de Paris darão cem mil onças de prata a quem lhes vender e entregar a renda. Este pagará as cem mil onças ao banqueiro, que lhe dará uma ou várias letras de câmbio sacadas sobre seu correspondente em Bruxelas. O banqueiro remeterá o dinheiro aos comer-

cientes de vinho de Champagne que têm cem mil onças de prata em Bruxelas e que lhe darão suas letras de câmbio, no mesmo valor, sacadas sobre ele por seu correspondente em Bruxelas. Assim, as cem mil onças que pagaram o vinho em Bruxelas, compensarão as cem mil onças pagas pela renda em Paris, com o quê, poupa-se o sacrifício de enviar o dinheiro recebido em Paris para Bruxelas e o esforço de transportar o dinheiro recebido em Bruxelas para Paris. Esta compensação é feita por intermédio das letras de câmbio, cuja natureza tentarei explicar no capítulo seguinte.

Vimos, entretanto, que as cem mil onças que as senhoras de Paris pagam pela renda vêm pelas mãos dos comerciantes que enviam o vinho de Champagne para Bruxelas; e que as cem mil onças que os consumidores do vinho de Champagne pagam por ele em Bruxelas terminam nas mãos dos empresários ou comerciantes de renda. Os empresários de um e outro lado distribuem este dinheiro àqueles que trabalham para eles, quer seja os do vinho, quer seja os da renda.

Fica claro com este exemplo que as damas de Paris sustentam e mantêm todos aqueles que trabalham na confecção de rendas no Brabante, fazendo, assim, circular o dinheiro. Fica igualmente claro que os consumidores do vinho de Champagne em Bruxelas sustentam e mantêm, em Champagne, não apenas os vinhateiros, mas todos aqueles que tomam parte na produção do vinho, os que fazem as carroças, os ferreiros, os carroceiros que cuidam do transporte, assim como os cavalos que eles usam, além de pagarem o valor do produto da terra destinada ao vinho, com o que provocam uma circulação do dinheiro em Champagne.

Entretanto, esta circulação ou este comércio em Champagne, que faz tanto estardalhaço, que sustenta o viticultor, o arrendatário, o segeiro, o ferreiro, o carroceiro, e que paga integralmente tanto a renda da terra dos proprietários de vinhas quanto a das terras dos proprietários de pastagens onde se criam os cavalos destinados a este transporte, este comércio, a crermos nos seus efeitos, é oneroso e desvantajoso para a França.

Se uma medida de vinho é vendida em Bruxelas por sessenta onças de prata, e se supomos que um arpeno produz quatro medidas de

vinho, é preciso mandar para Bruxelas o produto de quatro mil cento e sessenta e seis arpentos e meio de terra, para corresponder às cem mil onças de prata. É preciso, também, empregar aproximadamente dois mil arpentos de pastagens e de terras para obter o feno e a aveia consumidos pelos cavalos destinados ao transporte, além de não utilizá-los, durante todo o ano, em nenhum outro uso. Com isto, se subtrai à subsistência dos franceses aproximadamente seis mil arpentos de terra e aumenta-se a dos brabantinos com o que é produzido em mais de quatro mil arpentos, porquanto o vinho de Champanhe que eles bebem permite-lhes economizar mais de quatro mil arpentos nos quais teriam que produzir a cerveja para beber, caso não tivessem vinho. Entretanto, as rendas com que se paga tudo isto não custam aos brabantinos mais que um quarto de um arpenço de linho. Assim, com o produto de um arpenço, acrescido do trabalho necessário, os brabantinos pagam mais de seis mil arpentos aos franceses, despendendo menos trabalho. Deste modo, conseguem um aumento na subsistência e não dando em troca senão um objeto de luxo que não representa nenhuma vantagem real para a França, porque renda é algo que se usa e se destrói e depois disso não pode ser trocada por nada útil. Segundo a regra intrínseca dos valores, a terra que se usa, na Champanhe, para a produção de vinho, bem como a que mantém os vinhateiros, os tanoeiros, os segeiros, os ferradores, os carroceiros, os cavalos para o transporte, etc., deveria ser igual à terra que se emprega, em Brabante, para a produção do linho, e àquela que se requer para a manutenção das fiandeiras, das rendeiras e de todos aqueles que, de algum modo, tomam parte na fabricação de rendas.

Mas se o dinheiro é mais abundante na circulação em Brabante do que na Champanhe, a terra e o trabalho terão, no primeiro, um preço mais alto e, por conseguinte, na avaliação em dinheiro que se faz, de ambos os lados, os franceses continuarão perdendo consideravelmente.

Vemos, neste exemplo, um ramo do comércio que fortalece outro país, reduz o número de habitantes da nação e que, embora sem fazer sair nenhum dinheiro efetivo, ainda assim, a enfraquece. Escolhi este exemplo para melhor demonstrar como uma nação pode ser lesada por

outra por meio do comércio e, também, para ensinar a maneira de se conhecer as vantagens e desvantagens do comércio exterior.

Só examinando os efeitos de cada ramo do comércio em particular é que se pode regulamentar utilmente o comércio exterior, o que não se lograria se só conhecêssemos a questão através de reflexões gerais.

Veremos, sempre que examinarmos os casos particulares, que a exportação de produtos manufaturados é vantajosa para o país porque, neste caso, é o país estrangeiro que sempre paga e mantém os trabalhadores úteis ao Estado; porque é em dinheiro o que de melhor se recebe em troca ou pagamento ou, na falta dele, o produto das terras do país estrangeiro que requer uma menor quantidade de trabalho. Por comerciarem nestes moldes é que vemos como certos países, que quase não têm produtos agrícolas, são, no entanto, capazes de sustentar um número grande de habitantes às custas de outros países e, também, como certas grandes nações são capazes de manter seus habitantes com mais abundância do que outras.

Tendo em vista que as grandes nações não têm necessidade de aumentar o número de seus habitantes, basta que elas dêem condições de vida aos existentes, oferecendo-lhes, com seus produtos, mais conforto e fartura, de modo a torná-los mais fortes para cuidar da defesa e segurança da nação. Para lograr isto, é necessário que o país estimule o máximo possível a exportação de produtos manufaturados para receber, em troca, o máximo possível de ouro e prata em natura. Se, como resultado de colheitas abundantes, a nação dispuser de uma quantidade de produtos superior ao consumo regular e anual, seria vantajoso estimular a exportação com a finalidade de obter, em troca, o equivalente em ouro e prata. Estes metais não perecem nunca e não se consomem como os produtos da terra, além do que com ouro e prata é possível importar tudo que faltar no país.

Entretanto, não seria conveniente habituar o país a exportar anualmente grandes quantidades do seu produto agrícola em troca de manufaturas estrangeiras. Isto reduziria o número de habitantes e enfraqueceria inteiramente as forças do Estado.

De qualquer modo, não pretendo entrar em detalhes sobre que ramos do comércio deveriam ser estimulados para beneficiar a nação. Quero, apenas, observar que devemos, sempre, nos esforçar para atrair o máximo de dinheiro possível.

O aumento da quantidade de dinheiro em circulação no país lhe confere grandes vantagens no comércio com o exterior, enquanto persiste essa abundância de dinheiro. Por este meio, o país troca uma pequena quantidade de produtos e de trabalho por uma porção sempre maior. Aumenta os impostos com facilidade e não tem dificuldade para obter dinheiro nos casos de necessidade pública.

É bem verdade que se a quantidade de dinheiro continuar a crescer ela provocará, no país, uma elevação nos preços da terra e do trabalho. Os gêneros e os produtos manufaturados passarão a custar tão mais caro que, pouco a pouco, os estrangeiros deixarão de comprá-los, dado que poderão obtê-los em outros lugares, a um preço mais baixo. Insensivelmente, esta situação terminará por arruinar as manufaturas do país. A mesma causa que faz aumentar as rendas dos proprietários de terra, (isto é, a abundância de dinheiro), os habituará a importar grandes quantidades de produtos do exterior, onde eles os encontrarão com preços muito baixos. Estas são conseqüências naturais. A riqueza que uma nação adquire pelo comércio, pelo trabalho e com economia, a levará imperceptivelmente ao luxo. Os países que se alçam pelo comércio declinam logo depois. Há regras que poderiam ser aplicadas, mas que não são usadas para impedir seu declínio. É bem verdade que o país, enquanto conta com uma balança comercial favorável e com abundância de dinheiro, parece forte – e de fato o é – enquanto persistir esta abundância.

Poderíamos levar ao infinito as reflexões que justificam essas idéias acerca do comércio exterior e das vantagens da abundância de dinheiro. É surpreendente ver a desproporção entre a circulação do dinheiro na Inglaterra e na China. As manufaturas das Índias, as sedas, os tecidos pintados, as musselinas, etc., não obstante os custos de um transporte que dura dezoito meses, chegam a um preço tão baixo na Inglaterra, que a trigésima parte de seus gêneros e manufaturas basta-

ria para cobri-los, caso os indianos quisessem comprá-los. Mas eles não são tão loucos a ponto de pagar preços tão extravagantes pelos nossos produtos se podem produzi-los melhor e muito mais barato. Por isso é que só nos vendem suas mercadorias pelo dinheiro vivo com que, anualmente, nós aumentamos as suas riquezas e diminuímos as nossas. Assim, as manufaturas das Índias que consumimos na Europa não fazem senão diminuir nosso dinheiro e o trabalho das nossas próprias manufaturas.

Um americano que vende a um europeu peles de castor, fica surpreso – com razão – ao descobrir que os chapéus feitos de lã são tão bons para o uso quanto os de pele de castor, e que a única diferença que justifica um transporte tão demorado, é a fantasia dos que crêem que os chapéus de pele de castor são mais leves e mais agradáveis de se ver e de se tocar. Entretanto, como se paga aos americanos estas peles de castor com produtos de ferro, aço, etc., e não em dinheiro, este não é um comércio prejudicial à Europa, dado que ele sustenta os operários e, particularmente, os marinheiros, muito úteis à nação, enquanto o intercâmbio por manufaturas das Índias orientais implica no desembolso de dinheiro e reduz o número de operários na Europa.

Devemos convir que o comércio com as Índias orientais é vantajoso para a república da Holanda, pois ela transfere seus prejuízos para o resto da Europa ao vender especiarias e manufaturas para a Alemanha, Itália, Espanha e Novo Mundo, e recebe, em troca, todo o dinheiro que precisa remeter para as Índias, e regiões ainda mais distantes. Para a Holanda, ademais, é melhor vestir suas mulheres e muitos outros habitantes com as manufaturas das Índias do que com os tecidos da Inglaterra e da França, dado que ela prefere enriquecer aos Indianos do que a seus vizinhos, que poderiam aproveitar-se deste fato para oprimi-la. Eles vendem, pois, aos outros habitantes da Europa, os tecidos e os produtos das pequenas manufaturas, que utilizam matérias-primas próprias por um preço muito mais alto do que vendem, na Holanda, os produtos das manufaturas indianas que eles consomem.

A Inglaterra e a França cometeriam um erro se quisessem imitar nisto a Holanda. Estes reinos têm condições de vestir suas mulheres

com o seu próprio produto e, ainda que os seus tecidos custem mais caro do que os indianos, eles devem proibir que seus habitantes usem os do estrangeiro. Não devem permitir a redução da produção nas suas manufaturas, nem se colocar na dependência dos estrangeiros e, nem muito menos, deixar que eles levem, por esta via, seu dinheiro.

Mas, dado que os holandeses conseguem vender aos outros países da Europa as mercadorias das Índias, os ingleses e os franceses deveriam fazer o mesmo, quer para diminuir o poderio naval da Holanda, quer para aumentar o seu e, sobretudo, para poder dispensar a ajuda da Holanda naqueles ramos do consumo que maus hábitos tornaram necessários a esses reinos, pois é uma visível desvantagem permitir que se use indianas em reinos da Europa que têm, no país, tecidos para vestir seus habitantes.

Do mesmo modo que é desvantajoso para uma nação encorajar o consumo de mercadorias estrangeiras, é desvantajoso encorajar a navegação feita por estrangeiros. Quando uma nação envia suas manufaturas para o exterior, sua vantagem é integral se ela o fizer com seus próprios navios, pois, neste caso, ela mantém um bom número de marinheiros, que são tão úteis à nação quanto os operários. Em contrapartida, se ela entrega este transporte aos estrangeiros, fortalece a marinha deles e enfraquece a sua.

A navegação constitui um elemento essencial do comércio exterior. Quem constrói navios mais barato na Europa são os holandeses. Além dos rios lhe trazerem a madeira flutuando, a vizinhança com o Norte fornece-lhes mais barato os mastros, a madeira, breu, cordame, etc. Suas serrarias facilitam o trabalho. Eles navegam com menos tripulação e seus marinheiros vivem com muito pouco. Um das suas serrarias poupa, num dia, o trabalho de oitenta homens.

Graças a essas vantagens os holandeses seriam, na Europa, os únicos a fazer o transporte marítimo se o critério fosse apenas buscar sempre aquilo que é mais barato e se eles tivessem sua própria produção para comercializar. Nestas condições, sem dúvida, eles teriam a mais florescente marinha da Europa. No entanto, o grande número de marinheiros de que dispõem não basta, sem as forças internas do país,

para lhes garantir a superioridade naval. Eles nunca armariam navios de guerra nem marinheiros ainda que o Estado dispusesse de grandes rendas para construí-los e pagar-lhes os soldos: eles se aproveitam de tudo que é mais barato.

Para impedir que, em virtude dos baixos preços de suas tarifas, os holandeses pudessem expandir sua marinha às suas custas, a Inglaterra proibiu qualquer nação de trazer a seus portos quaisquer outras mercadorias que não as suas próprias. Deste modo, dado que os holandeses não puderam encarregar-se do transporte para a Inglaterra, os próprios ingleses trataram de fortalecer a sua marinha e, ainda que eles não logrem um custo tão baixo quanto o dos holandeses, o valor das cargas que transportam torna estes custos menos consideráveis.

A França e a Espanha também são nações marítimas que têm produtos em grande quantidade que são exportados para o Norte, de onde importam gêneros e mercadorias. Não chega a surpreender que sua marinha não seja proporcional ao seu considerável produto e à extensão das suas costas marítimas, porquanto eles permitem que navios estrangeiros se encarreguem do transporte de tudo que recebem do Norte e, ao mesmo tempo, que para lá transportem todos os gêneros que os Estados do Norte lhes compram.

Estas Nações – refiro-me a França e a Espanha – não chegam a considerar o comércio da perspectiva de torná-lo vantajoso. A maior parte dos comerciantes na França e na Espanha que têm relações com o exterior são antes de mais nada comissários ou representantes de negociantes estrangeiros e não empresários dispostos a conduzir o comércio com seus próprios recursos.

É verdade que os Estados do Norte, por sua situação e por sua proximidade com os países que produzem tudo que é necessário à construção naval, estão em condições de realizar este transporte a um preço muito mais baixo do que poderiam fazê-lo a França e a Espanha. No entanto, se estes dois reinos quisessem tomar medidas para fortalecer sua marinha, este obstáculo não seria suficiente para detê-los. A Inglaterra deu, já, de há muito, o exemplo. Eles têm – no país e em suas colônias – tudo que é necessário para a construção de navios, ou,

pelo menos, não lhes seria muito difícil construí-los. Há uma infinidade de caminhos que se poderia tomar para chegar a alcançar este resultado, se a legislação e o ministério se dispusessem a ajudar. Meu tema não me permite examinar, neste *Ensaio*, os detalhes destas vias. Limite-me a dizer que nos países em que o comércio não mantém, permanentemente, um número considerável de navios e marinheiros, é quase impossível que o Príncipe possa manter uma marinha florescente, sem arcar com custos capazes de arruinar o tesouro do seu Estado.

Concluiria, pois, afirmando que o comércio mais importante para o desenvolvimento ou declínio das forças de uma nação é o exterior, dado que o comércio interno não tem tanta significação política. Diria, ainda, que o comércio exterior não se mantém, senão à meias, quando não se tem a perspectiva de aumentar e manter o número dos grandes comerciantes do próprio país, o número de navios, marinheiros, operários e manufaturas, porquanto é preciso procurar preservar o equilíbrio comercial no intercâmbio com os outros países.

CAPÍTULO II

DO CÂMBIO E SUA NATUREZA

Mesmo em Paris, freqüentemente, paga-se cinco *sous* para levar um saco de mil libras de dinheiro de uma casa à outra. Se fosse preciso transportá-lo de Saint-Antoine para os Inválidos custaria, pelo menos, o dobro, mas dado que normalmente não há entregadores de confiança o preço seria ainda maior. Se no caminho, freqüentemente, houvesse muitos ladrões, seria preciso transportá-lo em grandes somas, com escolta e a custos maiores. Quem, por sua conta e risco, se encarregasse deste transporte, cobraria um preço proporcional aos custos e riscos que estaria correndo. Assim, o transporte de Ruão a Paris e de Paris a Ruão custa, em geral, cinqüenta *sous* por saco de mil libras, o que os banqueiros chamam, na sua linguagem, um quarto por cento. Como, em geral, os banqueiros enviam o dinheiro em barris duplos, que os

ladrões não conseguem carregar devido ao ferro e ao seu peso, e, também, como neste caminho há sempre mensageiros, os custos são reduzidos, se considerarmos as grandes somas que são enviadas de uma e outra parte.

Se a cidade de Châlons-sur-Marne paga, todos os anos, ao recebedor das rendas reais, dez mil onças de prata e se, por outro lado, os comerciantes de vinho de Châlons ou das proximidades vendem em Paris – por intermédio dos seus correspondentes – vinhos de Champagne, no valor de dez mil onças de prata; se, ademais, a onça de prata na França se vende no comércio, por cinco libras, a soma das dez mil onças em questão se chamará cinqüenta mil libras tanto em Paris quanto em Châlons.

O Recebedor das rendas, neste exemplo, tem cinqüenta mil libras para enviar a Paris e os correspondentes dos comerciantes de vinho de Châlons têm cinqüenta mil para enviar para Châlons. Neste caso, poder-se-á economizar este duplo emprego do transporte mediante uma compensação – ou, como se diz – mediante letras de câmbio, se as partes concordarem com isto.

Quer os correspondentes dos comerciantes de vinho de Châlons levem (cada qual sua parte) as cinqüenta mil libras para o caixa da casa de escrituração das rendas em Paris; quer este último lhes dê em troca uma ou várias ordens de pagamento ou letras de câmbio descontáveis sobre o Recebedor das Rendas em Châlons, pagáveis à sua ordem; quer eles endossem ou transfiram estas ordens aos comerciantes de vinho de Châlons, eles receberão do Recebedor de Châlons as cinqüenta mil libras. Desta maneira, as cinqüenta mil libras em Paris serão pagas ao caixa da casa de escrituração das rendas em Paris e as cinqüenta mil libras em Châlons serão pagas aos comerciantes de vinho desta cidade e, por esta troca ou compensação, pouparão o incômodo de transportar este dinheiro de uma cidade à outra. Pode ser, também, que os comerciantes de vinho de Châlons, que têm cinqüenta mil libras em Paris, ofereçam suas letras de câmbio ao Recebedor que as endossará para o caixa da casa de escrituração das rendas em Paris, a quem caberá o montante, e que o Recebedor em Châlons lhes

pague em troca das suas letras de câmbio as cinqüenta mil libras que ele tem em Châlons. Onde quer que se faça esta compensação, ou seja, quer se cobre as letras de câmbio sobre Paris em Châlons, ou de Châlons em Paris, dado que neste exemplo se paga onça por onça, e cinqüenta mil libras por cinqüenta mil libras, diz-se que o câmbio está ao par.

O mesmo método poderá ser usado tanto entre os comerciantes de vinho de Châlons e os Recebedores dos senhores em Paris, que têm terras ou rendas nas proximidades de Châlons, quanto entre os comerciantes de vinho, ou todos os outros comerciantes de Châlons, que enviaram gêneros ou mercadorias para Paris, e que têm dinheiro nesta última cidade, e todos os comerciantes que trouxeram mercadorias de Paris e as venderam em Châlons. Se houver um grande intercâmbio comercial entre estas duas cidades, surgirão banqueiros, em Paris e em Châlons, que estabelecerão relações entre os interessados de parte a parte e serão os agentes ou intermediários dos pagamentos que tiverem de ser remetidos de uma destas cidades para a outra. Entrementes, se todos os vinhos, além dos demais gêneros e mercadorias enviados de Châlons para Paris, tiverem sido efetivamente vendidos à vista nesta cidade e excederem em valor a soma da receita das rendas em Châlons, o montante das rendas que os senhores de Paris têm nas proximidades de Châlons e, ainda, o valor de todos os gêneros e de todas as outras mercadorias que foram enviadas de Paris a Châlons e que foram vendidas à vista nesta cidade, se excederem – repito – a soma de cinco mil onças de prata ou de vinte e cinco mil libras, será preciso que o banqueiro de Paris envie esta quantia, em dinheiro, para Châlons. Esta importância será o excedente ou a diferença da balança comercial entre estas duas cidades e – como disse – será necessário remetê-la, em espécie, para Châlons, o que se fará da maneira que se segue ou de algum outro modo muito semelhante a este.

Os agentes ou correspondentes dos comerciantes de vinho de Châlons e de outros que mandaram gêneros ou mercadorias de Châlons para Paris, têm o dinheiro destas vendas em caixa, em Paris. Eles têm ordens de remetê-lo para Châlons, mas como não estão habituados a correr riscos enviando-o pelas estradas, procurarão o caixa das rendas

que lhes dará ordens de pagamento ou letras de câmbio a serem sacadas sobre o Recebedor das rendas em Châlons, até o limite dos fundos de que dispõe em Châlons, preservando, em geral, a paridade. No entanto, como eles têm necessidade de remeter ainda outras somas para Châlons, procurarão o banqueiro que tem à sua disposição as rendas dos senhores em Paris que possuem terras nas proximidades de Châlons. Este banqueiro lhes fornecerá, tal como o caixa das rendas, letras de câmbio pagáveis por seu correspondente em Châlons, até o limite dos fundos de que ele dispõe em Châlons e que ele tinha ordem de remeter para Paris. Esta compensação também se fará ao par, a menos que o banqueiro tente obter um pequeno lucro pelo seu esforço, tanto com os agentes que a ele se dirigem para remeter seu dinheiro para Châlons, quanto com os senhores que o encarregaram de mandar vir seu dinheiro de Châlons para Paris. Se o banqueiro tiver à sua disposição, em Châlons, o valor das mercadorias que foram enviadas de Paris e que foram vendidas à vista, ele poderá emitir letras de câmbio neste mesmo valor.

Mas, de acordo com o que havíamos suposto, os agentes dos comerciantes de Châlons têm, ainda, em caixa, em Paris, vinte e cinco mil libras, as quais eles têm ordem de remeter para Châlons, além de todas as quantias acima mencionadas. Se eles oferecem este dinheiro ao caixa das rendas, ele responderá que não tem mais fundos em Châlons e que não poderia lhes fornecer letras de câmbio ou ordens de pagamento resgatáveis nesta cidade. Se oferecem este dinheiro ao banqueiro, ele lhes responderá que também não tem fundos em Châlons, nem chances de sacar uma letra de câmbio, mas que se eles quiserem lhe pagar 3% da operação ele poderá lhes fornecer as letras. Eles oferecerão, então, 1 ou 2% e, finalmente, dois e meio por cento, pois não podem pagar mais do que isto. A este preço o banqueiro se decidirá a emitir as letras, isto é, se lhe pagarem, em Paris, 2 libras e dez *sous* ele fornecerá uma letra de câmbio de cem libras, sobre seu correspondente em Châlons, resgatável em dez ou quinze dias, de modo a dar condições a este correspondente de fazer o pagamento das vinte e cinco mil libras, sacada sobre ele. Por esta taxa de câmbio o banqueiro envi-

ará para o seu correspondente, por um mensageiro ou carroça, ouro em espécie ou, na falta dele, prata. Ele pagará dez libras por cada saco de mil libras ou, na linguagem dos banqueiros, um por cento e pagará a seu correspondente em Châlons cinco libras de comissão por saco de mil libras, ou meio por cento, com o que obterá um por cento de lucro. Nestas condições o câmbio estará, entre Paris e Châlons, a dois e meio por cento acima do par, porque, devido à taxa de câmbio, se paga duas libras e dez *sous* por cada cem libras.

É mais ou menos assim que o saldo da balança comercial se transfere de uma cidade para outra, por intermédio dos banqueiros e, geralmente, nos negócios de grande vulto. Nem todos aqueles que ostentam o título de banqueiros têm esta prática, pois são inúmeros os que apenas tratam de comissões e especulações bancárias. Eu só chamaria de banqueiro aqueles que transportam dinheiro, pois é a eles que cabe regular o câmbio, cuja taxa depende dos riscos do transporte de moedas, nos mais diferentes casos.

A taxa de câmbio entre Paris e Châlons raramente atinge dois e meio a três por cento acima ou abaixo da paridade. Mas de Paris a Amsterdã a taxa de câmbio subirá a cinco ou seis por cento, quando for necessário fazer a remessa em espécie. O caminho é mais longo, o risco é maior e é necessário um número maior de correspondentes e comissários. Das Índias à Inglaterra, o custo do transporte será de dez a doze por cento. De Londres a Amsterdã, a taxa de câmbio nunca ultrapassa dois por cento em tempos de paz.

Neste nosso exemplo, diremos que o câmbio em Paris, quando referido a Châlons, será de dois e meio por cento acima do par e de dois e meio abaixo do par, em Châlons, quando referido a Paris, porque, nestas circunstâncias, quem der dinheiro, em Châlons, por uma letra de câmbio em Paris só dará 97 libras e dez *sous* para receber cem libras em Paris. É visível que a cidade ou o lugar onde o dinheiro está acima da paridade está em débito com aquela cidade em que ele está abaixo, e assim ficará, enquanto a taxa de câmbio se mantiver neste pé. O câmbio não está, em Paris, a dois e meio por cento acima do par, em relação a Châlons, senão porque Paris deve a Châlons e porque é

preciso transportar o dinheiro desta dívida de Paris para Châlons. Por isso, quando vemos que o câmbio está comumente acima do par numa cidade, em relação a uma outra, podemos concluir que esta primeira cidade tem um saldo devedor para com a outra e quando o câmbio em Madri ou Lisboa está acima do par frente a todos os outros países, isto demonstra que estas duas capitais devem enviar sempre dinheiro em espécie a estes outros países.

Em todos os locais ou cidades que se servem do mesmo dinheiro e das mesmas moedas de ouro e prata, como em Paris, Châlons-sur-Marne, Londres, Bristol, o câmbio é expresso em tantos por cento acima ou abaixo do par. Quando se paga 98 libras num lugar, para receber 100 libras em outro, dizemos que o câmbio está mais ou menos a 2% abaixo do par. Quando pagamos 102 libras, num lugar, para receber apenas 100 libras, em outro, dizemos que o câmbio está exatamente a 2% acima do par. Quando damos 100 libras num lugar, para receber outras 100 libras num outro, dizemos que o câmbio está ao par. Nisto tudo não há nenhuma dificuldade, nem nenhum mistério.

Quando, no entanto, o câmbio se faz entre duas cidades em que o dinheiro é completamente diferente e as moedas são de distinta grandeza, qualidade, lapidação e, inclusive, de diferentes nomes, a natureza do câmbio parece, à primeira vista, muito difícil de explicar, embora este câmbio com países estrangeiros não difira, no fundo, daquele que se dá entre Paris e Châlons, senão pela diferença no jargão que os banqueiros utilizam. Em Paris, quando nos referimos ao câmbio com a Holanda, avaliamos um escudo de três libras como equivalente a tanto de dinheiro da Holanda, mas a paridade entre Paris e Amsterdã é sempre cem onças de ouro ou prata contra cem onças de ouro ou prata do mesmo peso e lei: 102 onças pagas em Paris para receber apenas 100 onças em Amsterdã, resulta sempre em 2% acima do par. O banqueiro que efetua as transferências do saldo da balança comercial tem sempre que saber calcular as diferenças de valor, mas na linguagem usada nas transações com o estrangeiro se dirá que o câmbio entre Londres e Amsterdã se faz dando uma libra esterlina em Londres para receber trinta e cinco escalins da Holanda, no banco; com Paris, faz-se

dando, em Londres, trinta deniers ou pence esterlinos, para receber em Paris um escudo ou três libras tornesas. Esta maneira de falar não permite saber se o câmbio está acima ou abaixo do par, mas o banqueiro que transfere o saldo da balança comercial faz muito bem as contas e sabe quanto receberá de moedas estrangeiras em troca das moedas do seu país que ele transporta.

Ainda que o câmbio em Londres, fixado em moeda inglesa, esteja referido em rublos de Moscou, em marcos lubs de Hamburgo, em richedales da Alemanha, em libras de gros de Flandres, em ducados de Veneza, em piastras de Gênova e Livorno, em mil reais ou cruzados de Portugal, em moedas de oito da Espanha, ou pistolas etc., a paridade do câmbio será sempre, em todos estes países, cem onças de ouro ou prata contra cem onças. Se, na linguagem deste tipo de transação, esta equivalência não se configurar, isto significa dizer que o câmbio está tanto acima ou abaixo da paridade, com o que se poderá ficar sabendo se a Inglaterra tem – ou não – um saldo naquela praça onde se fixou o câmbio, exatamente do mesmo modo que vimos no nosso exemplo de Paris e de Châlons.

CAPÍTULO III

OUTROS ESCLARECIMENTOS PARA O CONHECIMENTO DA NATUREZA DO CÂMBIO

Vimos que o câmbio é regulado pelo valor intrínseco das moedas, isto é, por sua equivalência, e que as suas variações provêm dos custos e dos riscos do transporte de uma praça para outra, quando é preciso enviar, em espécie, o saldo da balança comercial. Não é necessário explicar muito algo que conhecemos de fato e na prática. Os banqueiros introduzem, às vezes, sutilezas nesta prática.

Se a Inglaterra deve à França cem mil onças de prata, se a França deve cem mil onças à Holanda e a Holanda cem mil onças à Inglaterra, todas estas três somas poderão ser compensadas por letras de câmbio

trocadas entre os banqueiros respectivos destes três países, sem que seja necessário mandar dinheiro para canto nenhum.

Se a Holanda manda para a Inglaterra, durante o mês de janeiro, mercadorias no valor de cem mil onças de prata e a Inglaterra, no mesmo período, envia para a Holanda apenas o equivalente a cinqüenta mil onças (estou supondo venda e pagamento feitos no mesmo mês de janeiro de um lado e de outro), caberá à Holanda, neste mês, um saldo de cinqüenta mil onças, e o câmbio de Amsterdã estará, em Londres, neste mês de janeiro, 2 a 3% acima do par, o que significa, na linguagem desse tipo de transação, que o câmbio da Holanda, que em dezembro estava ao par ou a trinta e cinco escalins por uma libra esterlina em Londres, se elevará, em janeiro, aproximadamente a trinta e seis escalins. Quando, porém, os banqueiros tiverem remetido esta dívida de cinqüenta mil onças para a Holanda, o câmbio com Amsterdã voltará a realizar-se, naturalmente, ao par, em Londres, ou seja, a trinta e cinco escalins.

Mas se um banqueiro inglês, em janeiro, diante da extraordinária remessa de mercadorias que fez para a Holanda, prevê que em março, por ocasião dos pagamentos, a Holanda estará consideravelmente em dívida com a Inglaterra, ele poderá, desde janeiro, em vez de remeter cinqüenta mil escudos ou onças que, neste mês, ele estaria devendo à Holanda, emitir letras de câmbio sobre seu correspondente em Amsterdã, a serem pagas em dois meses, quando do seu vencimento. Deste modo ele ganharia duplamente, pois aproveitaria o câmbio, que em janeiro está acima do par, mas que em março estará abaixo, sem ter que enviar nem um centavo para a Holanda.

Isto é o que os banqueiros chamam de especulações, freqüentemente responsáveis por oscilações temporárias no câmbio, independentemente da balança comercial. No entanto, a longo prazo, é preciso voltar a considerar a balança comercial, pois é ela que confere regularidade e uniformidade ao câmbio. Portanto, ainda que as especulações e o crédito dos banqueiros possam, às vezes, retardar a remessa de quantias que uma cidade ou país deve a outro, ao fim e ao cabo é preciso, sempre, pagar a dívida e enviar o saldo da balança comercial, em dinheiro, à praça com a qual se está em débito.

Se a Inglaterra sempre ganha no intercâmbio comercial com Portugal e perde sempre com a Holanda, a taxa de câmbio com a Holanda e Portugal deixará isto patente. Veremos que, em Londres, o câmbio com Lisboa está abaixo do par e que Portugal deve à Inglaterra; veremos, também, que o câmbio com Amsterdã está acima do par e que a Inglaterra deve à Holanda. No entanto, não se poderá ver, por estas oscilações do câmbio, o montante da dívida. Não se poderá saber se o saldo em dinheiro que sai de Portugal é maior ou menor do que aquele que se tem que mandar para a Holanda.

Entretanto, há algo que permitirá saber, sempre, em Londres, se a Inglaterra ganha ou perde no balanço geral do seu comércio. (Entende-se por balanço geral a diferença das diferentes balanças comerciais particulares com todos os países estrangeiros que comerciam com a Inglaterra). Este algo é o preço do ouro e da prata, mais particularmente do ouro (especialmente agora que a proporção do preço do ouro e da prata na forma de moedas difere da proporção do preço de mercado, como explicarei no próximo capítulo). Se o preço do ouro no mercado de Londres, que é o centro do comércio da Inglaterra, é mais baixo que o preço da Torre⁹, onde se cunham os guinéus ou moedas de ouro, ou do mesmo preço intrínseco que estas moedas; e, se se leva à Torre o minério de ouro para cunhar-lhe seu valor em guinéus ou transformá-lo em moeda, isto demonstra que a Inglaterra ganha no balanço geral de seu comércio. Isto é uma prova de que o ouro que se retira de Portugal é suficiente não apenas para pagar a diferença da balança comercial que a Inglaterra envia para a Holanda, Suécia, Moscou e outros países aos quais deve, mas, também, de que ainda sobra bastante para mandar cunhar na Torre, e a quantidade ou montante deste balanço geral torna-se conhecido pela quantidade das moedas cunhadas na Torre de Londres.

Mas se o ouro alcança, no mercado de Londres, um preço mais alto do que na Torre, que em geral é de três libras e dezoito xelins a

9 A Torre de Londres era a sede da Casa da Moeda inglesa. [Nota da Edição Francesa]

onça, ninguém levará minério de ouro à Torre para cunhar moedas e isto é um sinal certo de que não se está trazendo do exterior, por exemplo de Portugal, tanto ouro quanto se está obrigado a enviar para outros países com os quais a Inglaterra tem dívidas. Esta é uma prova de que o saldo da balança comercial está desfavorável à Inglaterra, o que não se saberia se não houvesse uma proibição na Inglaterra de enviar moedas de ouro para fora do Reino. Esta proibição é razão para que os precavidos banqueiros de Londres prefiram pagar pelos minérios de ouro (que têm permissão para transportar para fora do país) um valor que varia entre três libras e dezoito xelins a quatro libras esterlinas a onça, para remeter para o estrangeiro, em vez de enviar guinéus ou moedas de ouro a três libras e dezoito xelins, o que é contrário à lei e sujeito à confiscação. Há, sem dúvida, quem se disponha a correr o risco, assim como há quem se disponha a fundir moedas de ouro para enviá-las como se fossem minério, de modo que não é possível saber a quantidade de ouro que a Inglaterra perde, quando a balança comercial geral lhe é desfavorável.

Na França são descontados os custos de cunhagem das moedas, que em geral são de $1\frac{1}{2}\%$, ou seja, toma-se cuidado para que o valor das moedas seja sempre superior ao dos minérios. Para saber se a França perde no balanço geral do seu comércio, bastará verificar se os banqueiros enviam moedas francesas para o exterior, pois se o fizerem isto é uma prova de que não conseguem comprar ouro para efetuar essa remessa, visto que este metal, ainda que custe menos na França do que custam as moedas, vale pelo menos um e meio por cento a mais do que tais moedas nos demais países.

Embora a taxa de câmbio só varie em função de variações na balança comercial e dado que balança comercial não é senão a diferença entre o valor dos gêneros e mercadorias que um país vende – ou compra – a outros, no entanto, ocorrem freqüentemente circunstâncias e causas acidentais que obrigam a remessa de somas consideráveis de um país a outro, sem que tais somas estejam referidas a mercadorias ou ao comércio, ainda que estas circunstâncias influam sobre o câmbio, do mesmo modo que o fariam a balança e o excedente comercial.

São desta natureza as somas de dinheiro que uma nação envia à outra por serviços secretos ou questões de política de Estado, para subvencionar alianças, para manutenção de tropas, de embaixadores, de senhores que viajam, etc., assim como são dessa natureza os capitais que os habitantes de um país enviam a outro para aplicá-los em fundos particulares ou públicos, e os juros que estes habitantes recebem anualmente destes investimentos, etc. O câmbio, claro, varia em função de todas essas causas acidentais e segue a regra das remessas do dinheiro que se faz necessário. Nestas considerações sobre balança comercial não separamos – e não caberia fazê-lo – todos estes itens, dado que, certamente, todos influem sobre o aumento ou diminuição do dinheiro efetivo num país, além de influir, comparativamente, em sua força e poderio.

Meu tema não me permite estender-me sobre os efeitos destas causas acidentais e, por isso, me limitarei a simples considerações sobre o comércio para não confundir a exposição, já bastante ampla, devido à multiplicidade dos fatos que é preciso abordar. Em função de grandes ou pequenos gastos e riscos devidos ao transporte de dinheiro, o câmbio pode subir mais ou menos acima do par. Isto posto, o câmbio eleva-se acima do par muito mais naturalmente nas cidades ou países em que se proíbe a remessa do que naqueles em que a remessa é livre.

Suponhamos que Portugal compre todos os anos uma quantidade considerável de produtos manufaturados, de lã e outros, da Inglaterra, não apenas para seus próprios habitantes, mas também para os do Brasil; suponhamos que pague uma parte destes produtos com vinhos, azeites, etc., e que, para pagar o restante, disponha de um saldo comercial constante que envia de Lisboa para Londres. Se o Rei de Portugal estabelecer rigorosas sanções e, sob pena não só de confisco, mas até da vida, proibir a remessa de ouro ou prata para fora do país, os banqueiros temerão envolver-se com tais remessas. O valor das mercadorias inglesas ficará retido em Lisboa e os comerciantes ingleses, sem poder receber, não enviarão mais tecidos para Lisboa. Isto provocará uma enorme elevação nos preços dos tecidos ingleses, sem que, entretanto, estes mesmos tecidos tenham encarecido na Inglaterr-

ra. O que ocorre é que os comerciantes ingleses evitam enviá-los para Lisboa, dado que não podem receber. Para obter estes tecidos, que não consegue dispensar, a nobreza portuguesa – e não só ela – oferecerá por eles até o dobro do preço comum. Entretanto, como não podem obtê-los senão mediante a remessa de dinheiro para Londres, o aumento do preço dos tecidos será o lucro daqueles comerciantes que se dispuserem a enviar ouro e prata para Londres, correndo todos os riscos. A possibilidade de conseguir este lucro encorajará muitos judeus e outros comerciantes a fazer embarcar nos navios ingleses ancorados no porto de Lisboa o ouro e a prata, ainda que pondo a vida em risco. Inicialmente eles ganharão cem ou cinquenta por cento por realizarem este serviço, pago pelos habitantes portugueses em troca dos altos preços que estão dispostos a dar para ter os tecidos. Pouco a pouco, se familiarizarão com o serviço, após repetir a ação com sucesso, e depois de algum tempo cobrarão apenas um ou dois por cento para levar o dinheiro para os navios ingleses.

O Rei de Portugal estabelece as leis ou a proibição: seus súditos, inclusive seus cortesãos, pagam os custos dos riscos que se corre para tornar a proibição inútil, ou para eludir a sanção. Por conseguinte, não apenas ninguém ganha com estas leis, mas pelo contrário elas representam um prejuízo real para Portugal porquanto, por sua causa, sai do país mais dinheiro do que sairia normalmente se a proibição não existisse.

Aqueles que ganham com esta atividade – judeus ou não – nunca deixam de remeter seus lucros para países estrangeiros e, quando acreditam já ter ganho o bastante, ou quando temem ser apanhados, decidem ir para onde está o seu dinheiro.

Caso algum destes contraventores fosse apanhado, seus bens confiscados ou eles fossem, de fato, condenados à morte, tais circunstâncias, ao invés de fazer diminuir as remessas de dinheiro para o exterior, só fariam aumentá-las, porquanto todos aqueles que, antes, se contentavam com um ou dois por cento para remeter o dinheiro, agora só aceitarão fazê-lo por vinte ou cinquenta por cento, dado que é necessário que ele continue a sair para compensar a balança de pagamentos.

Não sei se consegui tornar meus argumentos inteligíveis mesmo para aqueles que não têm a menor idéia sobre o comércio. Para os que têm prática nada é mais fácil de entender, por isso é que, não sem razão, se surpreendem ao ver que os que governam os Estados e administram as finanças dos grandes Reinos ignoram de tal modo a natureza do câmbio que proibem, ao mesmo tempo, o envio para o exterior de metais e de moedas de ouro e prata. Quando, na verdade, o único meio de conservá-las no país é conduzir tão bem o comércio com o exterior que a balança comercial não seja desfavorável.

CAPÍTULO IV

VARIAÇÕES NAS PROPORÇÕES DOS VALORES EM RELAÇÃO AOS METAIS QUE SERVEM DE MOEDA

Se os metais fossem tão fáceis de encontrar como, em geral, a água, cada um pegaria quanto necessitasse e esses metais praticamente não teriam nenhum valor. Os metais que são mais abundantes e que demandam menos trabalho para serem produzidos são também os que custam mais barato. O ferro parece ser o metal mais necessário, mas como ele é mais facilmente encontrável na Europa, com menos sacrifício e menos trabalho do que o cobre, ele custa muito mais barato.

Cobre, prata e ouro são os três metais mais comumente usados como moeda. As minas de cobre são mais abundantes e custa, relativamente, menos terra e trabalho produzi-lo. As mais ricas minas de cobre estão, hoje, na Suécia. São necessárias mais de 80 onças de cobre, no mercado, para comprar uma onça de prata. É preciso, também, observar que o cobre que se extrai de certas minas é, às vezes, mais perfeito e mais bonito do que o que se extrai de outras. O do Japão ou da Suécia é mais bonito do que o da Inglaterra. O da Espanha era, no tempo dos romanos, mais bonito do que o da Ilha de Chipre. Em contrapartida, o ouro e a prata – qualquer que seja a mina de onde sejam extraídos – têm a mesma perfeição, depois de refinados.

O valor do cobre, assim como de todas as outras coisas, é proporcional à terra e ao trabalho que entram na sua produção. Além de empregado na confecção de muitas coisas de uso comum, como vasos, potes, panelas, fechaduras, etc., o cobre é também usado, em quase todos os países, para cunhar moedas de troco miúdo. Na Suécia, onde a prata é rara, ele é usado inclusive para grandes pagamentos. Durante os cinco primeiros séculos de Roma não se usou nenhuma outra moeda. Só se começou a usar a prata, nas trocas, em 484. A proporção entre o cobre e a prata foi então regulamentada: nas moedas era de 72 para 1; na fabricação do ano de 512, de 80 para 1; na avaliação do ano de 537, de 64 para 1; na fabricação do ano de 590, de 48 para 1; na do ano de 663, de Druso, e na de Sila, de 672, de 53 1/3 para 1; na de Marco Antônio, de 712, e de Augusto, de 724, de 56 para 1; na de Nero, em 54 depois de Cristo, de 60 para 1; na de Antonino, em 160 [146] depois de Cristo, de 64 para 1; na época de Constantino, 330 de nossa era, de 120 e 125 para 1; no século de Justiniano, aproximadamente em 550, de 100 para 1. Esta proporção sofreu depois variações, ficando sempre abaixo de 100 nas moedas européias.

Hoje em dia, em que quase já não se usa cobre como moeda, a não ser nas pequenas trocas, em liga com a calamina, com que se obtém o cobre amarelo, como na Inglaterra, seja em liga com uma pequena porção de prata, como na França e na Alemanha, estabeleceu-se, em geral, que ele vale 40 para 1, ainda que o cobre, no mercado, em geral, valha, em relação à prata, 80 ou 100 para 1. Isto porque, em geral, se deduz do peso do cobre os custos decorrentes da cunhagem e quando num país não se tem o bastante desta pequena moeda para a circulação das pequenas trocas, as moedas de cobre puro, ou as moedas do cobre em liga circulam sem dificuldade, apesar da sua falta de valor intrínseco. Entretanto, quando se quer utilizá-las nas trocas com outros países, estes não as querem receber senão pelo peso do cobre e da prata que estiver em liga com o cobre. Do mesmo modo, nos países em que, por avareza ou por ignorância dos governantes, se põe em circulação para o troco miúdo uma quantidade muito grande dessas pequenas moedas, ou onde se determina que elas devam compor parte dos

pagamentos, inclusive os de grande de vulto, nestes casos elas não são bem recebidas e as pequenas moedas sofrem um ágio na troca pela prata branca, que é o que ocorre com a moeda de *bilbão*¹⁰ e com os ardites, na Espanha, nos grandes pagamentos. De todo modo, a pequena moeda sempre é aceita sem dificuldades nas pequenas trocas, pois o valor destas transações é, em geral, pequeno em si mesmo e, por conseguinte, a perda é ainda uma vantagem. Isto permite que as coisas se acomodem sem muita dificuldade e que se troque o cobre por moedas de prata acima do peso e do valor intrínseco do cobre no próprio país, mas não nos outros países, pois cada país cunha as moedas necessárias ao seu próprio troco.

O ouro e a prata, assim como o cobre, têm um valor proporcional à terra e ao trabalho necessários à sua produção e, se o erário público se encarrega dos custos da fabricação destes metais, seu valor em lingotes ou em moedas será o mesmo, seu valor de mercado e o valor para a cunhagem é o mesmo, seu valor no país ou no estrangeiro é constantemente o mesmo, sempre regulado pelo peso e grau de pureza. Claro que, pelo peso, só quando estes metais estão puros e sem nenhuma liga.

As minas de prata sempre foram mais abundantes do que as de ouro, mas não em todos os países, nem em todos os tempos. Foi sempre preciso muitas onças de prata para pagar uma onça de ouro, mas, ora mais, ora menos, dependendo da abundância destes metais e da sua procura. No ano 310 da fundação de Roma, era preciso, na Grécia, 13 onças de prata para pagar uma onça de ouro, isto é, o ouro estava para a prata como 1 para 13; no ano de 400, aproximadamente, como 1 para 12; em 460, como 1 para 10, tanto na Grécia quanto na Itália e por toda Europa. Esta proporção de 1 para 10 parece haver se mantido durante três séculos, até a morte de Augusto, em 767 da fundação de Roma, ou o ano 14 da Era Cristã. Na época de Tibério o ouro se tornou mais raro ou a prata mais abundante e pouco a pouco a proporção elevou-se de 1 para 12, 12 ½ e 13. Na época de Constantino, 330

10 *Bilbão* – moeda de ouro ou prata em liga com uma quantidade excessiva de cobre. [N. T.]

de nossa era, e na época de Justiniano, em 550, a proporção era de 1 para 14 $\frac{2}{5}$. A história fica mais obscura depois; alguns crêem que esta proporção chegou a 1 para 18 no governo de alguns reis franceses. Em 840 da nossa era, no reinado de Carlos, o Calvo, foram cunhadas moedas de ouro e prata e a proporção era de 1 para 12. No reinado de São Luís, que morreu em 1270, a proporção era de 1 para 10; em 1361, 1 para 12; em 1421, estava acima de 1 para 11; em 1500, abaixo de 1 para 12; por volta de 1600, mais ou menos 1 para 12; em 1641, 1 para 14; em 1700, aproximadamente 1 para 15; em 1730, 1 para 14 $\frac{1}{2}$.

A quantidade de ouro e prata que se havia trazido do México e do Peru, no século passado, havia não apenas tornado estes metais mais abundantes, mas elevou o valor do ouro em relação ao da prata, que existia em maior quantidade, de modo que a proporção entre as duas moedas, na Espanha, segundo o preço de mercado, era de 1 para 16. Os outros países da Europa seguiram mais ou menos os preços da Espanha e as suas moedas mantiveram a proporção de 1 para 15 $\frac{7}{8}$, 1 para 15 $\frac{1}{4}$, 15 $\frac{5}{8}$, etc., dependendo das determinações dos diretores das Casas da Moeda. Mas depois que Portugal retirou quantidades consideráveis de ouro do Brasil, a proporção começou a baixar de novo, se não nas moedas, pelo menos nos preços de mercado, que conferia um valor mais alto para a prata do que no passado. Além do que, freqüentemente, se trazia das Índias orientais muito ouro em troca da prata que se levava da Europa, dado que a proporção entre ouro e prata é bem mais baixa nas Índias.

No Japão, onde há minas de prata muito ricas, a proporção de ouro e prata é atualmente 1 para 8; na China, 1 para 10; nos outros países das Índias, 1 para 11, 1 para 12, 1 para 13 e 1 para 14, dependendo de quão mais próximo se chega do Ocidente e da Europa. Mas se as minas do Brasil continuarem a fornecer tanto ouro, a proporção poderá baixar, chegando a 1 para 10, mesmo na Europa, o que me parece mais natural, se se puder dizer que existe alguma outra coisa além da casualidade que determine esta proporção. Claro que na época em que todas as minas de ouro e prata na Europa, Ásia e África eram exploradas pela República Romana, a proporção de 1 para 10 permaneceu a mais constante.

Ainda que todas as minas de ouro rendessem a décima parte do que rendem as minas de prata, seria impossível pretender determinar que a proporção entre estes dois metais fosse sempre de 1 para 10. Esta proporção dependerá sempre da demanda e do mercado. Bastaria que pessoas ricas preferissem usar moedas de ouro às de prata e que preferissem objetos dourados e de ouro aos prateados ou de prata para fazer subir o preço do ouro no mercado.

Não se poderia, também, determinar a proporção entre estes metais considerando-se apenas a quantidade existente num país. Suponhamos que na Inglaterra a proporção seja de 1 para 10 e que a quantidade de ouro e prata em circulação, no país, seja de vinte milhões de onças de prata e dois milhões de onças de ouro, o que seria equivalente a 40 milhões de onças de prata. Suponhamos que se envie para fora da Inglaterra um milhão de onças de ouro, dos dois milhões que havia, e que se traga, em troca, dez milhões de onças de prata. Ficariam, então, 30 milhões de onças de prata e apenas um milhão de onças de ouro, ou seja, o equivalente a 40 milhões de onças de prata. Se se considera apenas a quantidade de onças, haverá 30 milhões de onças de prata e só um milhão de onças de ouro e, por conseguinte, se a proporção fosse determinada somente pela quantidade de um e outro metal existente, a proporção, neste caso, seria de 1 para 30, o que é impossível. A proporção nos países vizinhos sendo de 1 para 10 bastariam dez milhões de onças de prata, mais alguma pequena despesa para os custos do transporte, para atrair para o país um milhão de onças de ouro em troca de dez milhões de onças de prata.

Portanto, só o preço de mercado é que pode determinar a proporção entre o ouro e a prata. O número daqueles que têm necessidade de um metal em troca de outro e daqueles que querem realizar esta troca é que determina o preço. A proporção depende freqüentemente da fantasia dos homens: e as alterações se fazem grosseiramente e não geometricamente. No entanto, não posso imaginar nenhuma regra, senão aquela, que logre estabelecer esta proporção. Sabemos, pelo menos na prática, que é ela que decide, do mesmo modo que decide o preço e o valor de qualquer outra coisa. Os mercados estrangeiros

influem sobre o preço do ouro e da prata mais do que sobre o de qualquer outro gênero ou mercadoria, porque nada pode ser transportado com mais facilidade e menos perda. Se houvesse um comércio aberto e corrente entre a Inglaterra e o Japão, se se empregasse, sempre, um número regular de navios para permitir este comércio e se a balança comercial fosse igual em todos os pontos, isto é, se se enviasse constantemente da Inglaterra para o Japão a mesma quantidade de mercadorias, iguais em valor e preço às que são enviadas do Japão para a Inglaterra, ocorreria que, aos poucos, se tiraria todo o ouro do Japão em troca da prata e que se tornaria – no Japão – a proporção entre o ouro e a prata semelhante àquela que vige na Inglaterra. A única diferença seria aquela que advém dos riscos da navegação, pois os custos da viagem, nesta nossa suposição, caberiam aos comerciantes.

Calculando que na Inglaterra a proporção é de 1 para 15, e de 1 para 8, no Japão, se poderia ganhar mais de 87% levando prata da Inglaterra para o Japão, e de lá trazendo ouro; mas esta diferença não basta em geral para pagar os custos de uma viagem tão penosa e longa sendo preferível trazer mercadorias do Japão em troca de prata, do que de lá trazer o ouro. Só os custos e os riscos do transporte do ouro e da prata é que podem permitir a existência de diferentes proporções entre estes metais em países distintos. Em países muito próximos esta diferença será quase inexistente, podendo haver, de um país a outro, diferenças de um, dois ou três por cento. Da Inglaterra para o Japão, no entanto, a soma de todas estas diferenças de proporção, acabará elevando-se a mais de 87%.

É o preço de mercado que decide a proporção do valor do ouro em relação ao da prata: o preço de mercado é a base desta proporção no valor que se confere ao ouro e prata quando transformados em moedas. Se o preço de mercado varia consideravelmente, é preciso corrigir o das moedas para manter a regra do mercado; pois se se deixa de fazê-lo, a confusão e a desordem entram na circulação, de modo que se pagará mais caro pela moeda de um ou outro metal do que o valor que nela está fixado. Existe uma infinidade de exemplos na Antiguidade e um, muito recente na Inglaterra, devido às determinações

da Torre de Londres. A onça de prata branca, de 11 quilates, vale cinco xelins e dois denários ou pence esterlinos: depois que a proporção entre o ouro e a prata (que havíamos fixado, imitando o que ocorre na Espanha, em 1 para 16) caiu a 1 para 15 e a 1 para $14 \frac{1}{2}$, a onça de prata se vendia a 5 xelins e seis denários esterlinos, enquanto que o guinéu de ouro continuava a valer 21 xelins e seis denários esterlinos, isto fez com que se importasse da Inglaterra todos os escudos de um escudo branco, xelins e meio xelins brancos que não estavam sendo usados na circulação: a prata branca tornou-se tão rara em 1728 (ainda que só restassem as moedas mais usadas) que as pessoas se viram obrigadas a trocar um guinéu com quase 5% de perda. As dificuldades e a confusão que isto provocou no comércio e na circulação obrigaram o Tesouro a pedir ao célebre Isaac Newton, diretor da Casa da Moeda da Torre, para que fizesse um relatório apontando os meios que ele acreditasse mais convenientes para remediar esta desordem.

Nada mais fácil de fazer; bastava manter, na cunhagem das moedas de prata na Torre, o preço da prata no mercado. Dado que por muito tempo a proporção do ouro com relação à prata, segundo as determinações e regulamentos da Casa da Moeda da Torre, era de 1 para $15 \frac{3}{4}$, se deveria cunhar as moedas de prata com menos prata, segundo a proporção do mercado, a qual havia caído abaixo de 1 para 15. Inclusive, para antecipar-se à variação que o ouro do Brasil provocava anualmente na proporção entre estes dois metais, se deveria estabelecê-la na base de 1 por $14 \frac{1}{2}$, como se fez, na França, em 1725, e como seria bom que se fizesse, a seguir, na própria Inglaterra.

É verdade que se poderia igualmente ajustar as moedas da Inglaterra ao preço e à proporção do mercado, reduzindo o valor numérico das moedas de ouro, partido que tomou Newton, em seu relatório, e o Parlamento, em função deste mesmo relatório. Mas era o partido menos natural e o menos vantajoso, como procurarei demonstrar. Teria sido mais natural elevar o preço das moedas de prata, porquanto o público já as tinha feito subir no mercado e porquanto a onça de prata, que não valia mais do que 62 denários esterlinos ao preço da Torre, valia mais de 65 no mercado. Ademais, levavam para fora da Inglaterr-

ra todas as moedas brancas que a circulação não tivesse reduzido consideravelmente o peso. Por outro lado, tendo em vista as somas que a Inglaterra devia no exterior, era menos desvantajoso para a nação inglesa elevar o valor das moedas de prata do que rebaixar o valor das de ouro.

Supondo que a Inglaterra deva no exterior 5 milhões de libras esterlinas de capital, que estão alocados em fundos públicos, pode-se igualmente supor que do exterior lhe tenha vindo o pagamento deste capital, em ouro, à razão de 21 xelins seis denários o guinéu, ou, então, em moedas de prata branca, à razão de 65 denários esterlinos a onça, de acordo com o preço de mercado.

Estes 5 milhões, por consequência, custaram aos outros países, a 21 xelins e seis denários o guinéu, 4 milhões seiscientos e cinquenta e um mil e cento e sessenta e três guinéus; atualmente, no entanto, dado que o guinéu está reduzido a 21 xelins, seria preciso pagar por estes capitais, 4 milhões setecentos e sessenta e um mil novecentos e quatro guinéus, o que significa, para a Inglaterra, perder 110 mil e 741 guinéus, sem considerar o que se perderia com os juros anuais que são pagos.

Newton respondeu-me a esta objeção dizendo que segundo as leis fundamentais do Reino a prata branca constituía a verdadeira e única moeda e que, como tal, não deveria ser alterada.¹¹

Seria fácil responder que se o público alterou esta lei pelo uso e pelo preço de mercado, ela deixou de ser uma lei. Que não seria necessário, nestas circunstâncias, apegar-se a ela tão escrupulosamente – em detrimento da nação – e pagar aos outros países mais do que o que se devia. Se as moedas de ouro não tivessem sido consideradas como a moeda verdadeira, o ouro teria suportado a variação, tal como ocorre na Holanda e na China, onde o ouro é considerado mais como mercadoria do que como moeda. Se o valor das moedas de prata tivesse sido elevado a um preço igual ao do mercado, sem tocar no do ouro, nada se teria perdido para outros países e se teria abundantes moedas de

11 E, neste caso, Newton sacrifica o fundo à forma. [N. A.]

prata em circulação; se teria continuado cunhando moedas na Torre, cunhagem esta que foi suspensa até que se encontre uma nova solução.

Pela redução do valor do ouro – que o relatório de Newton fez cair de vinte e um xelins e seis denários a vinte e um xelins – a onça de prata que anteriormente era vendida no mercado de Londres a 65 e 65 pence e $\frac{1}{2}$ não alcança mais, na verdade, senão 64 denários. Quando a prata era cunhada na Torre, a onça valia no mercado 64. No entanto, quando a prata era levada à Torre para ser cunhada, não se pagava por ela mais do que 62, e, por isso, deixaram de levá-la. Na verdade, foram cunhados, às custas da Companhia do Mar do Sul, alguns xelins ou quintos de escudos, com perda da diferença do preço de mercado. Mas eles foram retirados logo que entraram em circulação. Hoje em dia ninguém verá circular uma moeda de prata com o peso legítimo estabelecido pela Torre e nas trocas só são usadas moedas de prata bem gastas, cujo peso não excede a seu preço de mercado.

Entretanto, o valor da prata branca no mercado eleva-se imperceptivelmente; a onça, que não valia mais do que 64, depois da redução a que nos referimos, voltou a subir no mercado a 65 $\frac{1}{2}$ e 66. E para que se possa ter moedas de prata em circulação e continuar a cunhá-las na Torre, será preciso reduzir o valor do guinéu de ouro a 20 xelins em vez de vinte e um xelins, e perder no mercado externo o dobro do que já se perdeu, a menos que se prefira seguir a via natural e adequar o valor da moeda de prata ao preço de mercado. Só o preço de mercado pode estabelecer a proporção do valor do ouro com o da prata, do mesmo modo que as proporções de todos os valores. Newton reduziu o guinéu a 21 xelins, não para estabelecer a verdadeira proporção do preço das moedas de ouro e prata, mas, apenas, para impedir que as moedas de prata fracas e usadas fossem retiradas da circulação. Entendo por verdadeira proporção aquela que é estabelecida pelo preço de mercado. Este preço é sempre a pedra de toque nestas questões: as suas variações são muito lentas para dar tempo para regular as moedas e impedir desordens na circulação.

Há séculos em que o valor da prata se sobrepõe ao do ouro e há outros em que, ao contrário, é o valor do ouro que se sobrepõe ao da prata. É o caso do século de Constantino que refere todos os valores

ao do ouro, por ser o mais permanente. No entanto, mais freqüentemente, a prata é que tem o valor mais permanente, estando o ouro mais sujeito a variações.

CAPÍTULO V

DO AUMENTO E DIMINUIÇÃO DO VALOR NOMINAL DAS MOEDAS

Segundo os princípios que havíamos estabelecido e considerando-se a rapidez ou lentidão da circulação, a quantidade de dinheiro que circula na troca determina e fixa os preços de todas as coisas num país.

Entretanto, freqüentemente assistimos – por ocasião dos aumentos ou reduções que ocorrem na França – mudanças tão estranhas, que se poderia imaginar que os preços de mercado correspondem mais ao valor nominal das moedas do que a sua quantidade nas trocas. Isto é, mais à quantidade de libras tornesas (moeda de conta) do que à quantidade de marcos e de onças, o que parece estar diretamente em oposição aos nossos princípios.

Suponhamos o que ocorreu em 1714, quando a onça de prata ou escudo custava 5 libras e o rei publica uma resolução ordenando uma redução dos escudos, todos os meses, durante 20 meses, isto é, de um por cento ao mês, para reduzir o valor nominal de 5 para 4 libras; tendo em conta as características próprias desta nação, vejamos quais seriam naturalmente as conseqüências.

Todos aqueles que devem dinheiro, para não terem prejuízo, se apressarão a pagá-lo, aproveitando as reduções. Os empresários e comerciantes encontram grande facilidade em conseguir empréstimos de dinheiro o que leva os menos hábeis e os que têm menos crédito a aumentar seus empreendimentos; eles tomam dinheiro emprestado, (acreditando ser sem juros), e compram mercadorias ao preço corrente. Eles próprios fazem os preços subir pela violenta demanda que provocam. Os vendedores não querem desfazer-se das suas mercado-

rias em troca de um dinheiro que perderá valor nominal nas suas mãos. Procuram, então, adquirir mercadorias de outros países, de onde são importadas quantidades consideráveis para o consumo de muitos anos. Tudo isto faz o dinheiro circular mais rapidamente; tudo isto faz subir o preço de todas as coisas; estes altos preços impedem que, como de costume, se importe mercadorias da França. A França estoca suas próprias mercadorias e ao mesmo tempo importa grande quantidade de mercadorias. Esta dupla operação exige a remessa de somas consideráveis de dinheiro para o exterior para poder pagar o saldo comercial.

O câmbio denuncia essa desvantagem. Não é raro, enquanto duram estas reduções, o câmbio estar desfavorável à França em seis a dez por cento. Entrementes, quem, na França, entende a questão, guarda o seu dinheiro. O Rei dispõe dos meios para tomar emprestado muito dinheiro, renunciando voluntariamente às reduções, pois acredita ser recompensado por um aumento quando elas findarem.

Para tanto, depois de muitas reduções, o Rei começa a reter o dinheiro nos seus cofres, a retardar os pagamentos, pensões e o soldo dos exércitos; nestas circunstâncias, o dinheiro torna-se extremamente raro com o fim das reduções, tanto no que se refere às somas que o Rei e muitos particulares retêm, quanto em relação ao valor nominal das moedas, valor este que está reduzido. As somas enviadas para o exterior também contribuem muito para tornar o dinheiro raro e, pouco a pouco, esta escassez faz com que muitos comerciantes, cujos depósitos estão abarrotados de mercadorias, as ofereçam por 50 a 60% menos do que custavam antes das primeiras reduções. A circulação entra em convulsão, mal se tem dinheiro para ir ao mercado; muitos empresários e comerciantes vão à bancarrota e as mercadorias são vendidas a preço vil.

O Rei, então, volta a aumentar o numerário. Põe em circulação o escudo novo ou a onça de prata recém cunhada a cinco libras e começa a pagar o soldo das tropas e as pensões com as novas moedas. As antigas são postas fora de circulação e só são compradas pela Casa da Moeda, mas a um preço mais baixo do que o nominal, e o Rei lucra com esta diferença.

No entanto, a soma das novas moedas que saem da Casa da Moeda não logra restabelecer a antiga abundância de dinheiro que havia na circulação; as quantias retidas pelos particulares e aquelas que foram enviadas para outros países, excedem em muito ao valor nominal do dinheiro que sai da Casa da Moeda.

A grande circulação de mercadorias na França começa a atrair dinheiro do exterior, pois os comerciantes, ao vê-las custar 50 ou 60% menos do que custavam, começam a enviar ouro e prata para comprá-las. Os comerciantes de outros países que fazem estes metais chegar à Casa da Moeda se ressarcem, com vantagem, do imposto que pagam por eles. Obtêm dupla vantagem: sobre o preço baixo das mercadorias que compram e porque a taxa sobre o dinheiro recai inteiramente sobre os franceses, quando estes vendem suas mercadorias no exterior. Eles têm mercadorias para o consumo de muitos anos; revendem, por exemplo, aos holandeses, por dois terços do que pagaram, as especiarias que haviam comprado desses últimos. Tudo isto se faz muito lentamente; outros países não se determinam a comprar mercadorias da França senão quando essas atingem um preço muito baixo; a balança comercial que era desfavorável à França, quando era baixo o valor nominal do dinheiro, torna-se favorável a ela quando ele aumenta e o Rei pode lucrar 20%, ou mais, sobre todos os metais que entram na França destinados à Casa da Moeda. Como agora a balança comercial com a França é desfavorável aos demais países e como eles não possuem as novas moedas recém cunhadas para poder realizar suas compras, são obrigados a levar os metais ou as antigas moedas à Casa da Moeda para trocá-los por novas. Mas esta balança comercial que os deixa em débito com a França decorre de comprarem as mercadorias a vil preço.

A França é vítima destas operações. Paga preços bem altos pelas mercadorias estrangeiras quando da queda do valor nominal e as revende, aos mesmos estrangeiros, a vil preço, quando este valor se eleva. Vende a vil preço suas próprias mercadorias – pelas quais pagou bem caro quando a moeda tinha baixo valor nominal – de modo que será difícil que todas as moedas que saíram da França, quando isto ocorria, possam retornar quando esse valor se elevar.

Se as novas moedas, recém cunhadas, forem falsificadas no exterior – o que freqüentemente ocorre – a França perde os 20% que o Rei estabeleceu como taxa de cunhagem e isto redundará em ganho para os outros países, que lucraram, ainda, com o baixo preço das mercadorias na França.

O Rei obtém um lucro considerável com a taxa de cunhagem, mas este lucro custa o triplo à França.

Compreende-se, então, que no período em que a balança comercial é favorável à França, o Rei tem condições de obter uma taxa de 20% ou mais com uma nova cunhagem de moedas ou com o aumento do seu valor nominal. Mas se a balança comercial for desfavorável à França quando desta nova cunhagem e aumento do valor nominal, ela não auferirá qualquer vantagem e o Rei disso não tirará grande proveito. É isto porque, nestas circunstâncias, fica-se obrigado a enviar constantemente dinheiro para o exterior. Ora, o velho escudo, fora do país, é tão bom quanto o escudo recém cunhado. Assim sendo, os judeus e os banqueiros darão um prêmio ou alguma vantagem, secretamente, pelos velhos escudos, e o particular que puder vendê-los acima do preço que lhe pagam na Casa da Moeda para lá não os levará mais, dado que não lhe pagam mais do que 4 libras, enquanto o banqueiro lhe oferecerá 4 libras e cinco *sous*, depois 4 libras e dez e, finalmente, quatro libras e quinze. É assim que a elevação do valor nominal das moedas pode não ter sucesso. Isto nunca pode ocorrer quando da elevação do valor nominal das moedas após as reduções de valor referidas, porque, então, tal como explicamos, a balança torna-se naturalmente vantajosa para a França.

A experiência do aumento do valor nominal ocorrida no ano de 1726 pode servir para confirmar tudo isto. As reduções que haviam precedido este aumento foram feitas todas de uma vez e sem aviso o que impediu as operações comuns de redução do valor nominal, o que, por sua vez, impediu que a balança comercial pudesse tornar-se muito vantajosa para a França quando do referido aumento do ano de 1726, pois poucos levaram suas velhas moedas à Casa da Moeda, com o que foram obrigados a renunciar ao lucro que esperavam obter com aquela taxa.

Não cabe a mim explicar que razões têm os ministros para reduzir o valor nominal do dinheiro, de uma só vez, nem as razões que os levaram a equivocarem-se no projeto de aumento ocorrido no ano de 1726. Só me referi aos aumentos e reduções havidas na França porque os seus efeitos, algumas vezes, parecem contrapor-se aos princípios que estabeleci, isto é, que a abundância ou a escassez de dinheiro num país faz subir ou baixar, proporcionalmente, o preço de todas as coisas.

Depois de haver explicado os efeitos do aumento e das reduções do numerário na França, afirmo que elas não negam nem enfraquecem os meus princípios, pois se me disserem que o que custava 20 libras ou cinco onças de prata antes da referida redução, não custa, quando do aumento, mais nem 4 onças ou vinte libras na nova moeda, eu direi que isto só confirma o que afirmei, ou seja, que há menos dinheiro em circulação do que o que havia antes das reduções, tal como expliquei. As dificuldades das trocas nestes momentos e nas operações a que nos referimos provocam variações nos preços das coisas e nos juros do dinheiro, que não poderiam ser consideradas como regras normais da circulação e da troca.

A alteração do valor nominal do dinheiro foi sempre o resultado de um estado de penúria no país ou, então, da ambição de algum Príncipe ou particular. No ano de 157 da fundação de Roma, Sólon elevou o valor nominal dos dracmas de Atenas depois de uma sedição e da abolição das dívidas. Entre 490 e 512 do ano da fundação de Roma, a República Romana aumentou em muitas vezes o valor nominal de suas moedas de cobre, de maneira que um asse chegou a valer seis. O pretexto era o de atender às necessidades do Estado e pagar as suas dívidas, que tinham aumentado com a primeira guerra púnica. Isto não deixou de causar muita confusão. No ano de 663, Lívio Druso, Tribuno do Povo, elevou o valor nominal das moedas de prata em 1/8, reduzindo, na mesma proporção, sua liga o que permitiu aos falsificadores de moeda introduzir a confusão na troca. Em 1712, Marco Antônio, no seu Triunvirato, aumentou o valor nominal do dinheiro em 5%, misturando ferro na prata para atender às necessidades do Triunvirato.

Muitos Imperadores depois reduziram ou aumentaram o valor nominal do dinheiro. Os Reis da França fizeram o mesmo, em diferentes períodos e é por isso que a libra tornesa, que em geral valia uma libra de prata, ficou com tão pouco valor. Isto sempre causou perturbações da ordem nos Estados. Importa pouco ou nada saber qual é o valor nominal do dinheiro, contanto que este valor seja permanente. A pistola de Espanha vale nove libras ou florins na Holanda, aproximadamente 18 libras na França, 37 libras e dez *sous* em Veneza, 50 libras em Parma. Entre esses diferentes países, os valores monetários se trocam nesta mesma proporção. O preço de todas as coisas aumenta imperceptivelmente quando aumenta o valor nominal da moeda e a quantidade atual em peso e a liga das moedas, tendo em conta a velocidade da circulação, é a base e a regra dos valores. Um Estado não ganha nem perde com o aumento ou diminuição do valor das moedas desde que conserve a mesma quantidade, ainda que os particulares possam ganhar ou perder com estas variações, segundo seus compromissos. Todos os povos estão impregnados de falsas idéias e preconceitos acerca do valor nominal do seu dinheiro. Procuramos mostrar no capítulo sobre o câmbio que a regra constante é o preço e a liga das moedas correntes dos diferentes países, marco por marco e onça por onça: se uma elevação ou diminuição do valor nominal altera por algum tempo esta regra na França, é apenas durante um momento de crise e de dificuldade no comércio. Pouco a pouco, volta-se ao valor intrínseco, ou seja, volta-se necessariamente aos preços de mercado e às trocas com o exterior.

CAPÍTULO VI

DOS BANCOS E DO CRÉDITO

Se cem senhores ou proprietários de terra, parcimoniosos, que com suas economias conseguem poupar anualmente dinheiro para comprar terras quando a ocasião se apresentar, depositam, cada um deles, dez mil onças de prata, nas mãos de um ourives ou de um banqueiro de Londres para não ter que arcar com as dificuldades de guardar este dinheiro em casa e para prevenir possíveis roubos de que poderiam ser vítimas, eles o farão em troca de letras pagáveis à vista. Frequentemente deixarão o dinheiro depositado por bastante tempo e, se pretenderem comprar algo, avisarão com bastante antecedência ao banqueiro para que ele possa lhes devolver seu dinheiro no momento em que tiverem terminado as consultas e passadas as escrituras na justiça.

Nestas circunstâncias, o banqueiro poderá conceder empréstimos de 90 mil onças de prata (das cem mil que deve) por um ano, e não precisará guardar em caixa mais do que 10 mil onças de prata para fazer frente a possíveis cobranças. Ele faz negócios com pessoas opulentas e com pessoas parcimoniosas, de modo que se lhe pedem mil onças de prata de um lado, de outro trazem-lhe outras mil onças. Em geral basta-lhe manter em caixa a décima parte do que lhe confiam. Há exemplos e experiência disto em Londres, de modo que ao invés de os particulares guardarem consigo, durante o ano inteiro, parte das cem mil onças, o costume de depositá-las nas mãos de um banqueiro faz com que 90 mil, das cem mil onças, entrem antes na circulação. Esta é a primeira idéia que se pode ter sobre a utilidade destes bancos; os banqueiros e os ourives contribuem para acelerar a circulação do dinheiro, eles o emprestam a juros, por sua conta e risco e, entretanto, estão ou devem estar sempre prontos a efetuar o reembolso mediante a apresentação dos bilhetes de crédito.

Se um particular tem mil onças a pagar a um outro, ele lhe dará em pagamento o bilhete do banco no valor desta soma; este outro não irá retirar o dinheiro do banco mas, talvez, o guarde para dá-lo a um ter-

ceiro, por ocasião de algum pagamento, de modo que este bilhete poderá passar por muitas mãos na efetuação de grandes pagamentos sem que, por muito tempo, ninguém vá pegar o dinheiro com o banqueiro. Só irão retirá-lo aqueles que não se sentem muito seguros em deixar o dinheiro ou aqueles que precisam efetuar vários pagamentos de pequena monta. Neste primeiro exemplo o banqueiro não usa mais do que 10% do que ele tem em caixa.

Se cem particulares ou proprietários de terra depositam sua renda numa casa bancária a cada 6 meses ou à medida que vão sendo pagos e, depois, vão retirando seu dinheiro, aos poucos, à medida em que precisam despende-lo, o banqueiro terá condições de emprestar muito mais dinheiro do que o que ele deve e recebe no começo dos semestres, por um curto período de alguns meses, do que o terá no fim dos semestres. A experiência que tem dos seus clientes lhe ensinará que ele não pode emprestar durante todo o ano a totalidade do que recebeu, mas apenas a metade. Este tipo de banqueiro estará arruinado se alguma vez ele deixar de pagar de imediato um bilhete apresentado. Se lhe faltarem fundos, ele dará tudo o que tiver para dispor prontamente de dinheiro, isto é, terá que pagar juros muito mais altos do que lhe pagam pelas somas que empresta. Isso faz com que os banqueiros se pautem pela sua experiência, de modo a ter sempre em caixa o montante necessário para fazer face às cobranças, procurando ter sempre mais do que menos. Por isso, muitos banqueiros (aliás, a maioria deles) mantêm em caixa sempre a metade das somas com eles depositadas, emprestando a outra metade a juros e pondo-a em circulação. Neste segundo caso, o banqueiro faz circular seus bilhetes de 100 mil onças ou escudos com apenas 50 mil escudos.

Se houver um grande afluxo de depósitos e muito crédito, cresce a confiança que se tem nos bilhetes bancários, o que faz com que os depositantes tenham menos pressa em pedir o reembolso de seus bilhetes. Isto, contudo, não permite que o banqueiro retarde seus pagamentos senão em alguns dias ou algumas semanas, quando os bilhetes bancários vão parar nas mãos de pessoas que não têm o hábito de servir-se dele. Seja como for, o banqueiro tem sempre que se pautar

por aqueles que estão habituados a confiar-lhe o seu dinheiro. Se seus bilhetes caem nas mãos de outros banqueiros, estes últimos terão a maior pressa em retirar o dinheiro.

Se as pessoas que depositam dinheiro na casa bancária são empresários e negociantes, que diariamente depositam e retiram grandes somas, se o banqueiro usar mais de um terço do que tem em caixa, freqüentemente se verá em dificuldade para fazer face a seus compromissos.

É fácil compreender, pelo que foi exposto, que as somas de dinheiro que um banqueiro ou um ourives pode emprestar a juros ou desviar são naturalmente proporcionais à prática e à conduta dos seus clientes. De modo que há banqueiros que fazem negócios com um décimo do que têm em caixa, enquanto outros têm que conservar a metade ou dois terços, ainda que seu crédito seja tão estimado quanto o dos outros.

Uns confiam num banqueiro, outros em outro, sendo mais feliz o banqueiro que tem por clientes senhores ricos que procuram sempre investimentos seguros para o seu dinheiro sem colocá-lo a juros enquanto aguardam um bom negócio.

Um banco geral e nacional tem sobre o banco de um ourives particular a vantagem de que sempre se tem mais confiança nele, de modo que é mais natural que nele sejam feitos os grandes depósitos, mesmo dos bairros mais afastados das cidades, deixando para os pequenos banqueiros apenas os depósitos das pequenas somas dos bairros. Nos países em que o Príncipe não é absoluto, o banco nacional recebe, inclusive, as rendas do Estado, o que longe de diminuir-lhe o crédito e a confiança, só os faz crescer.

Se os pagamentos num banco nacional forem feitos por compensações ou por escrituração, existe a vantagem de não se ficar sujeito a falsificações, enquanto que se o banco der bilhetes corre-se o risco de eles virem a ser falsificados e provocar desordem. Há ainda a desvantagem de que, aqueles que vivem em bairros distantes do banco preferirão pagar e receber em dinheiro em vez de deslocarem-se até lá, sobretudo os que vivem no campo. Enquanto que por meio de letras

bancárias – se estas forem difundidas – pode-se estar perto ou longe do banco. Nos bancos nacionais de Veneza e de Amsterdã só se fazem pagamentos por escrituração, mas no de Londres paga-se por escrituração, bilhetes e em dinheiro, dependendo da preferência de cada um, por isso mesmo ele é hoje o banco mais forte.

Compreende-se, portanto, que a grande vantagem dos bancos públicos ou particulares numa cidade é acelerar a circulação do dinheiro e impedir que de tempos em tempos ela se retraia, como naturalmente ocorreria.

CAPÍTULO VII

OUTROS ESCLARECIMENTOS E CONSIDERAÇÕES SOBRE A UTILIDADE DE UM BANCO NACIONAL.

Não nos cabe examinar a razão pela qual o Banco de Veneza e o de Amsterdã mantêm suas escriturações em moedas de conta distintas da moeda corrente, bem como por que sempre cobram um ágio para converter estas escriturações em moeda corrente, dado que esta é uma questão que não tem nenhuma utilidade para a circulação. O Banco de Londres não age desta maneira; sua escrituração, seus bilhetes e seus pagamentos são calculados e efetivam-se todos em moeda corrente, o que me parece mais uniforme, mais natural e não menos útil.

Não consegui obter informações precisas sobre o montante de dinheiro que normalmente esses bancos recebem, nem sobre o montante de seus bilhetes e escriturações, assim como não obtive dados sobre os empréstimos que fazem nem sobre as quantias que costumam reter em caixa para fazer face aos seus pagamentos. Quem conseguir tais informações poderá entender melhor a questão.

No entanto, como sei que estas quantias não são tão vultosas quanto normalmente se crê, não deixarei de tecer algumas considerações a respeito. Se os bilhetes e as escriturações do Banco de Londres, que é um dos mais importantes, atingem, tomando-se uma semana pela ou-

tra, 4 milhões de onças de prata ou aproximadamente 1 milhão de libras esterlinas e se deste montante se deixa de reserva em caixa, aproximadamente, um quarto ou 250 mil libras esterlinas, ou 1 milhão de onças de prata em moedas, o papel que este banco desempenha na circulação corresponde a um aumento do numerário do Estado de 3 milhões de onças, ou 750 mil libras esterlinas, o que sem dúvida é uma soma bem alta e de grande utilidade para a circulação nas circunstâncias em que esta circulação deve ser acelerada. Já observei anteriormente que há casos em que para o Estado é melhor retardar do que acelerar a circulação. Também já ouvi dizer que os bilhetes e escriturações do Banco de Londres se elevaram, em certos casos, a 2 milhões de libras esterlinas, mas este não me parece ser senão um caso extraordinário. Penso que a participação deste banco não corresponde a mais do que a décima parte de todo o dinheiro que circula na Inglaterra.

Se forem verdadeiras as informações que me foram dadas sobre as rendas do Banco de Veneza em 1719, poder-se-ia afirmar que a participação dos bancos nacionais nunca ultrapassa a décima parte do dinheiro corrente que circula num país. Foi o que deduzi.

As rendas do Estado de Veneza podem chegar anualmente a 4 milhões de onças de prata que deverão ser pagas com escriturações bancárias, e os coletores de impostos que são nomeados para este fim recebem, em Bérgamo e nas mais distantes regiões do país, os impostos em dinheiro, que terão que converter em escriturações bancárias quando forem prestar contas à República.

Em Veneza, todos os pagamentos, quer advenham de negociações ou compra e venda, acima de uma certa soma módica, devem, por lei, ser realizados em escriturações bancárias. Todos os varejistas que em seus negócios acumularam algum dinheiro corrente, devem, obrigatoriamente, trocá-lo por escriturações para fazer seus pagamentos no atacado. E todos aqueles que têm necessidade de dinheiro corrente para poder comprar no varejo e atender à circulação terão que trocar suas escriturações por dinheiro corrente.

O que ocorre é que, em geral, vendedores e compradores destas escriturações se equiparam, desde que a soma de todos os créditos ou escriturações nos livros do banco não ultrapasse aproximadamente 800 mil onças de prata.

Foi o tempo e a experiência, segundo me informaram, que deram aos Venezianos este conhecimento. Desde a fundação do banco, os particulares levavam seu dinheiro para trocá-lo por letras bancárias do mesmo valor. Este dinheiro, depositado no banco, foi sendo despendido segundo as necessidades da República, enquanto as letras bancárias conservavam o seu valor primitivo, dado que havia tantos particulares querendo comprá-las quanto os que queriam vendê-las. Posteriormente, pressionado por falta de dinheiro, o Estado concedeu, aos responsáveis pela guerra, créditos e letras bancárias, e duplicou o montante destes créditos.

Tendo, então, o número de vendedores de letras bancárias se tornado muito superior ao dos compradores, estas letras começaram a perder valor frente ao dinheiro e sofreram uma desvalorização de 20%. Com esta desvalorização, as rendas da República diminuíram de um quinto e o único remédio que se encontrou para esta desordem foi comprometer uma parte dos fundos do Estado, recorrendo às letras bancárias para fazer empréstimos a juros. Com tais empréstimos se eliminou a metade. Quando o número de vendedores ficou próximo ao dos compradores o banco recuperou seu crédito primitivo e a soma das letras bancárias ficou reduzida a 800 mil onças de prata.

Foi por esta via que se descobriu que a participação do Banco de Veneza na circulação é de aproximadamente 800 mil onças de prata e se supomos que todo o dinheiro corrente que circula nos Estados desta República pode chegar a 8 milhões de onças de prata, a participação do banco corresponde à décima parte deste dinheiro.

Em razão da distância de suas províncias, um banco nacional na Capital de um grande Reino ou Estado parece contribuir menos para a circulação, do que num pequeno Estado. E quando o dinheiro que nele circula é mais abundante do que o dos seus vizinhos, um banco nacional é, neste caso, mais prejudicial do que benéfico. Uma abundância de dinheiro fictício e imaginário provoca os mesmos prejuízos que um aumento de dinheiro real em circulação, por elevar o preço da terra e do trabalho e por encarecer os produtos manufaturados, com o risco de pô-los a perder logo a seguir. Mas esta abundância fugaz se esvanece à primeira lufada de descrédito e precipita a desordem.

Em meados do reinado de Luís XIV, na França, havia mais dinheiro em circulação do que nos países vizinhos, e as rendas do Príncipe, mesmo sem ajuda de nenhum banco, eram arrecadadas com tanta tranqüilidade quanto hoje, na Inglaterra, com o auxílio do Banco de Londres.

Se as compensações por partida dobrada, em Lyon, em uma de suas quatro feiras, chegam a 80 milhões de libras, e se começam e terminam apenas com um milhão de dinheiro vivo, inegavelmente elas são muito cômodas para poupar o sacrifício de inúmeras remessas de dinheiro de uma casa à outra. Mas, salvo isto, é fácil ver que com este mesmo milhão de dinheiro vivo com que se iniciou e concluiu estas compensações, é possível efetuar, em três meses, a totalidade dos pagamentos de 80 milhões.

Os banqueiros de Paris observaram que, não raro, o mesmo saco de dinheiro entrava 4 ou 5 vezes, no mesmo dia, para efetuar pagamentos, quando tinham muito a receber e a pagar.

Acredito que os bancos públicos são de grande utilidade nos pequenos Estados e naqueles em que o dinheiro é mais raro. Mas creio que não têm a mesma importância num grande Reino.

O Imperador Tibério, príncipe severo e econômico, havia acumulado no Tesouro do Império dois bilhões e 700 milhões de sestércios, o que corresponde a 25 milhões de libras esterlinas ou 100 milhões de onças de prata, isto é, uma soma imensa em moedas para a época, e mesmo para hoje. É verdade que entesourando tanto dinheiro ele sacrificou a circulação e o dinheiro ficou mais raro em Roma do que era até então.

Tibério, que entretanto atribuía esta escassez aos monopólios dos negociantes e dos financistas que arrendavam as rendas do Império, ordenou por um edito que eles comprassem terras equivalentes a dois terços, pelo menos, do que possuíam. Este edito, ao invés de animar a circulação, deixou-a inteiramente desordenada. Todos os financistas comprimiram suas despesas e recolheram seus recursos, a pretexto de ficarem em condições de obedecer ao edito, comprando as terras que, em vez de ficarem mais caras, atingiram preços vis diante da escassez do dinheiro em circulação. Tibério tentou remediar esta escassez de

dinheiro, emprestando aos particulares, com boas garantias, apenas 300 milhões de sestércios, isto é, a nona parte das moedas que ele tinha no Tesouro.

Se para restabelecer a circulação em Roma foi suficiente a nona parte do Tesouro, poderia parecer que o estabelecimento de um banco geral num grande Reino, em que sua participação jamais corresponderia à décima parte do dinheiro que circula – desde que este dinheiro não fosse entesourado –, não teria nenhuma vantagem real e permanente, e, considerando-o em seu valor intrínseco, ele não pode ser visto senão como um expediente para ganhar tempo.

Mas um aumento real da quantidade de dinheiro em circulação já é outra coisa. Já falamos sobre isto, mas o Tesouro de Tibério nos dá mais uma oportunidade para voltar ao assunto. Este Tesouro que, quando da morte de Tibério, era de dois bilhões e setecentos milhões de sestércios, foi dilapidado por seu sucessor, o Imperador Calígula, em menos de um ano. Nunca se viu tanto dinheiro em Roma. E o que é que sucedeu? Esta quantidade de dinheiro submergiu os romanos no luxo e os levou a cometer todo tipo de crimes que dele decorrem. Todos os anos saíam do Império mais de cem mil libras esterlinas em troca de mercadorias vindas das Índias. Em menos de trinta anos o Império empobreceu-se e o dinheiro tornou-se raro mesmo sem que ele tivesse sofrido qualquer desmembramento ou perda de província.

Embora considere que um banco geral seja, no fundo, de pouca utilidade para um grande Estado, não posso deixar de convir que há circunstâncias em que um banco pode desempenhar um papel surpreendente.

Numa cidade cuja dívida pública alcança somas consideráveis, a existência do banco torna fácil vender e comprar, rapidamente, seus fundos, por quantias imensas, sem, no entanto, causar nenhuma perturbação na circulação. Se, em Londres, um particular vende seu capital da Companhia do Mar do Sul para comprar um outro capital do banco ou da Companhia das Índias, ou, esperando poder, a qualquer momento, comprar, por um preço mais baixo, um capital, inclusive da mesma Companhia do Mar do Sul, ele fica com bilhetes bancários, não pedindo, em troca deles, senão o valor dos juros que lhes correspondem.

Pois, como o capital é algo que não se despende, não é necessário convertê-lo em moedas. Mas, ainda assim, é preciso sempre pedir ao banco o dinheiro necessário para a subsistência, pois, para o troco miúdo, moedas são necessárias.

Quando um proprietário de terra, que tem mil onças de prata, paga duzentas de juros pelo uso que faz dos fundos públicos, despendendo, ele próprio, oitocentas onças, as mil onças precisarão sempre ser trocadas em moedas correntes. Este mesmo proprietário gastará oitocentas, e os proprietários dos fundos despenderão duzentas. Mas quando esses proprietários estão habituados a trabalhar com ágio, ou vender e comprar fundos públicos, eles não precisam de dinheiro vivo para semelhantes operações, bastando-lhes dispor de letras bancárias. Se fosse necessário retirar dinheiro da circulação para fazer face a essas compras e vendas, seria preciso um montante considerável, e prejudicaria a circulação, que poderia até impedir que essas compras e vendas fossem realizadas com tanta freqüência.

Essa é sem dúvida a origem desses capitais, ou do dinheiro depositado no banco, que só se retira raramente, como, por exemplo, quando um proprietário faz algum negócio que requeira dinheiro em espécie, razão pela qual o banco só mantém em caixa a quarta ou a sexta parte do dinheiro correspondente aos bilhetes bancários. Se o banco não dispusesse dos fundos correspondentes a esses inúmeros capitais, ele se veria, no curso da circulação, obrigado, como ocorre com os banqueiros particulares, a manter em depósito a metade dos recursos neles depositados. É verdade que não é possível distinguir, pelos livros do banco, nem por suas operações, a quantidade dessas espécies de capitais que passam por inúmeras mãos nas compras e vendas que são feitas no mercado de valores (*Change-Alley*), pois esses bilhetes bancários são freqüentemente renovados e trocados por outros no banco. Mas a experiência das compras e vendas de capitais permite ver que o montante é bem considerável e, sem elas, o montante depositado no banco seria, sem dúvida, bem menor.

Isto significa que quando um país não está endividado e não precisa da compra e venda de capitais, o socorro que recebe de um banco será muito menor.

Em 1720, os capitais de fundos públicos e dos *Bubbles*, que eram armadilhas e empreendimentos de sociedades particulares de Londres, elevavam-se a um valor de oitocentos milhões de libras esterlinas. Entretanto, as compras e vendas de capitais tão venenosos realizavam-se sem dificuldade por meio de todo tipo de papéis bancários que apareciam na praça, enquanto o público aceitou tais papéis em pagamento de juros. Mas tão logo a perspectiva das grandes fortunas levou um grande número de particulares a aumentar suas despesas, a comprar apetrechos e roupas estrangeiras, tornou-se necessário ter dinheiro em espécie para tudo isso, isto é, para fazer frente ao pagamento dos juros. E isso fez ruir o sistema.

Este exemplo permite ver que os papéis e o crédito dos bancos públicos e particulares podem provocar efeitos surpreendentes em tudo que não se refira às despesas diárias de alimentação e vestuários das famílias. No entanto, a participação dos bancos e do crédito no curso normal da circulação é muito menos significativa do que geralmente se pensa. O dinheiro é o único nervo da circulação.

CAPÍTULO VIII

REFINAMENTOS DO CRÉDITO DOS BANCOS GERAIS

O Banco Nacional de Londres é composto por um grande número de acionistas que elegem diretores para administrar as operações. Inicialmente, sua vantagem consistia em fazer a partilha anual dos lucros obtidos com os juros do dinheiro que era depositado no banco e com o qual o banco fazia empréstimos. Posteriormente, foram incorporados os fundos públicos pelos quais o Estado paga juros anuais.

Ainda que se trate de um tão sólido estabelecimento, vimos (quando aquele banco fez vultosos adiantamentos ao Estado e os portadores de bilhetes bancários temeram que o banco estivesse em dificuldades) como os portadores de bilhetes corriam todos para o banco para

retirar o seu dinheiro. A mesma coisa aconteceu quando da falência da Companhia do Mar do Sul, em 1720.¹²

Os artifícios adotados para dar sustentação ao banco e atenuar o seu descrédito, foram, primeiro, designar vários escriturários para contar o dinheiro dos portadores de bilhetes bancários, mandá-los contar, para ganhar tempo, as grandes quantias, em moedas de seis e doze *sous*, pagar algumas parcelas aos portadores particulares que aguardavam dias inteiros a sua vez de receber. Mas as somas mais vultosas foram entregues a amigos que as levavam e depois as devolviam, às escondidas, ao banco, recomeçando, no dia seguinte, a mesma manobra. Dessa forma, o banco simulava segurança e ganhava tempo, esperando que o seu descrédito diminuísse. Quando isto demonstrou não ser suficiente, o banco abriu subscrições para atrair pessoas com bom crédito de modo a garantir as vultosas somas, capazes de sustentar a solvência e a circulação das letras bancárias.

Foi por meio deste último artifício que se preservou a credibilidade do banco em 1720, quando da falência da Companhia do Mar do Sul, pois, tão logo o grande público ficou sabendo que a subscrição contara

12 "(17 de julho de 1720) desde as três horas da manhã a rua Vivienne se encontrava, de ponta a ponta, lotada de gente, gente que vinha de todos os bairros da cidade e dos subúrbios mais distantes, afim de tentar conseguir ser os primeiros quando da abertura das portas do palácio Mazarino, [...] (onde) o pagamento só começava às oito ou nove horas da manhã e prosseguia até meio-dia ou uma hora da tarde [...] Este dia [...] ficou marcado pelos distúrbios que aí se deram. Uma mulher e três homens, sufocados, foram retirados e levados nesse estado para o Palácio Real afim de provocar a comisseração do Regente. Um jovem, de boa aparência e bem vestido, foi enterrado no cemitério do hospital dos Quinze-Vingts, três outros no cemitério dos Inocentes e quatro outros foram expostos no necrotério do Châtelet. Havia um número ainda maior de monbundos e um jovem ajudou a retirar seu pai de entre os mortos.

Era tão grande a agitação entre o povo que, notando o coche do Sr. Law na rua Richelieu, na pequena porta do Palácio Real, onde teve a sorte de se salvar, sem o que teria sido esquarterado do mesmo modo como foi despedaçado o seu coche, de onde foi derrubado o seu cocheiro, o qual teve uma perna quebrada por ter tido a insolência de gritar que era preciso enforcar toda essa canalha [...] Law viu, então, muito bem que as coisas não se passavam como imaginava, pois quando lhe falaram dos tumultos provocados pela escassez e carestia dos preços devido aos papéis que inventara, dissera que os ingleses mordem mas não gritam, enquanto os franceses gritam, mas não mordem. (Journal de la Régence, publicado por Emile Compardon, Paris, Plon, 1865, t. 2, p. 106-107, in François Hincker, *Expériences bancaires sous l'Ancien Régime*, Dossier Clio, PUF, 1974) [N. T.]

com gente rica e poderosa, não apenas cessou a corrida ao banco como começaram, como de hábito, os depósitos.

Se, na Inglaterra, um ministro de Estado, na tentativa de diminuir a taxa de juros, ou, por outra via, tenta aumentar o valor dos fundos públicos em Londres, e se ele tem crédito bastante com os diretores do banco para comprometê-los (com a condição de indenizá-los em caso de prejuízo) com a fabricação de bilhetes bancários, que não contêm nenhum valor, rogando-lhes que recorram, eles próprios, a esses bilhetes para comprar várias parcelas e capitais dos fundos públicos, tais fundos não deixarão, com tais operações, evidentemente, de ter uma significativa elevação de preço. Aqueles que os venderam, vendo que seu valor continua a elevar-se, talvez decidam, para não deixar inúteis seus bilhetes bancários, e acreditando nos boatos que afirmam que a taxa de juros vai diminuir, e que esses fundos subirão ainda mais, comprá-los a um preço mais alto do que aquele pelo qual os tinham vendido. Se, muitos particulares, vendo os diretores do banco comprar estes fundos, tentarem fazer o mesmo, acreditando poder, como eles, lucrar com o negócio, os preços dos fundos públicos se elevarão ao nível almejado pelo ministro. Este, então, poderá fazer com que o banco revenda a um preço ainda mais alto todos os fundos que ele havia comprado, com o que não apenas ele obterá um grande lucro, mas retirará e eliminará as letras bancárias cuja criação havia forjado.

É o próprio banco que consegue fazer subir o preço dos fundos públicos, ao comprá-los, assim como é ele também que faz este preço baixar quando quer revender – para eliminar – bilhetes bancários sem fundos. Mas, ao desejar imitar os agentes bancários em suas operações, muitos particulares acabam por contribuir, neste processo, com o banco. Muitos, inclusive, caem na armadilha porque ignoram o que, de fato, são estas operações, sempre repletas de artifícios, sobretudo falcatruas, que não vêm ao caso discutir aqui.

O fato é que um banco, mancomunado com um ministro, é capaz de fazer subir o preço dos fundos públicos e de fazer a taxa de juros no país cair ao nível pretendido pelo ministro, desde que estas operações sejam levadas com discrição; por isso mesmo, é também capaz de sal-

dar as dívidas do Estado. Mas estes artifícios, que abrem caminho à conquista de grandes fortunas, só muito raramente são utilizados apenas em benefício do Estado, pois, freqüentemente, corrompem quem os executa. Os bilhetes bancários sem lastro, gerados e difundidos nestas ocasiões, não perturbam a circulação porque sendo empregados na compra e venda de capitais, não entram nas despesas familiares e, assim, não chegam a ser convertidos em dinheiro. No entanto, se um temor ou um acidente imprevisto levar os portadores destes bilhetes a exigir dinheiro do banco, a bomba estourará e se verá quão perigosas são estas operações.

ÍNDICE REMISSIVO

A

ALDEIAS

formação e importância segundo a atividade dos habitantes e a fertilidade das terras 24

ARITMÉTICA POLÍTICA 30

ARTESÃOS

causas das variações de preço do seu trabalho 29

o número de artesãos é proporcional à necessidade que se tem deles 31

seu trabalho vale mais do que o dos lavradores 29

B

BALANÇA COMERCIAL

a balança comercial entre as cidades e o campo 94 - 95

as variações do preço do ouro e da prata permitem saber para onde ela pende 150 - 151

deve ser positiva 142 - 154

quando favorável tem como consequência um afluxo de metais e um aumento da

quantidade de moeda em circulação 102

seu equilíbrio 86 - 87

BANCARROTA

suas causas 44 - 46, 122 - 124

BANCOS

aceleram a circulação monetária 84, 94, 173 - 175

Banco de Amsterdã 172

Banco de Veneza 173, 174

o Banco de Londres é o mais forte 172, 178

os bancos podem alterar as taxas de juros e sustentar os fundos públicos 180

regulam o câmbio 144 - 150

sua utilidade é menor do que se crê comumente 94, 176, 178

superioridade dos bancos nacionais 172, 174, 176

superioridade dos bancos nacionais sobretudo em Estados pequenos 172, 174, 176

BUBBLES (negócios especulativos em Londres) 178

BURGOS

sua formação corresponde a uma necessidade econômica 25

sua importância, função da riqueza e do número de habitantes das vilas que deles

dependem 25, 26

C

CAMBIO

análise das causas accidentais de suas variações	152
<i>Change-Alley</i>	218
sua natureza e seu mecanismo - variações devidas aos gastos e riscos do transporte	142 - 149

CELIBRATO

opinião de Cantillon sobre os membros da Igreja	66
---	----

CHINA

aumento da população em função das subsistências	39, 53
deixa-se morrer os recém-nascidos (superpopulação)	53
muito grande o número de empresários e taxa elevada de juros	124
nível de vida muito baixo	53
preceito religioso influencia o número de casamentos	53
rendimento da terra	39

CIDADES

a metade da população de um país, é urbana	41, 82
formação das cidades	26, 27
formação e localização das capitais	28
sua importância é proporcional ao número de proprietários de terra	28

CIRCULAÇÃO

entre a cidade e o campo	88, 90 - 92
monetária, pagamentos importantes, pequenos pagamentos	88

CLASSES

as classes sociais são três – proprietários de terra, empresários e assalariados	46
--	----

COMÉRCIO EXTERIOR

a exportação de produtos manufaturados é vantajosa, e a de produtos agrícolas é desvantajosa	133 - 137
é favorável todo comércio que enriquece a nação e aumenta o número de operários	139
não requer dinheiro vivo quando há equilíbrio na balança comercial	86
o comércio exterior é mais importante que o comércio interior	142
pode tanto enriquecer como empobrecer uma nação, aumentar ou diminuir a sua população	63 - 64
suas relações com a circulação monetária	138

COMPANHIA DO MAR DO SUL.....	125, 162, 177, 180
COMPENSAÇÕES	
pagamentos por escrituração	172 - 173, 175
CONSUMO	
é função da quantidade de moeda em circulação	100, 103, 106 - 107, 112
ele se reduz exclusivamente à alimentação	92
impossibilidade de os empresários preverem o nível exato	44
o género de vida dos proprietários de terra determina o preço dos géneros alimentícios	48
o género de vida dos proprietários de terra influencia o número de habitantes	51, 57 - 58
outras causas de aumento	105
suas variações influenciam os preços	51, 101, 104, 106
CUSTO DE PRODUÇÃO	
corresponde ao valor intrínseco do trabalho	30
os preços de mercado podem ser superiores a ele	34
CUSTO DE VIDA	21, 53 - 55, 104
D	
DAVENANT	40, 60
E	
EMPREGO	
condiciona a distribuição profissional	31 - 32
é aumentado pelas despesas suntuárias dos proprietários de terra	65
seu nível é determinado pela necessidade do mercado	31, 56
sua ação sobre o número de habitantes	31, 61, 65
EMPRESÁRIOS	
difundiram o uso dos juros	123, 124
seu lucro	121
sua função económica	44 - 48
EMPRÉSTIMOS	
suas vantagens imediatas e seu perigo futuro	114 - 115

ESCOLAS DE CARIDADE	
sua utilidade quando o nível de emprego é insuficientemente elevado	33
ESCRAVOS	
custo do escravo	35 - 36
é mais vantajoso para os proprietários ter escravos do que camponeses livres	36 - 37
F	
FECUNDIDADE	
determinação da fecundidade feminina	58, 59
FILHOS	
seu custo	36
FRANÇA	
carência de uma frota mercantil	141
decadência comercial da França	98, 112
o mecanismo e as taxas de câmbio	142 - 147
o modo como são divididas as terras	22
operações monetárias nefastas	165 - 167
H	
HALLEY	36, 58
HOLANDA	
graças ao seu comércio e a suas manufaturas mantém uma grande população	60
relações comerciais com as Índias Orientais	139
I	
IMPOSTOS	
crítica ao projeto de Vauban – vantagens da cobrança de impostos sobre as rendas dos proprietários de terra	99
quando a quantidade de moeda é abundante fica mais fácil cobrar impostos	113
INGLATERRA	
exportações de produtos manufaturados, importações de produtos alimentícios, possibilidade de manter uma grande população	61
mercado de Londres, centro do comércio inglês	150
organização bancária	178 - 180

possibilidade de exportar a preços baixos graças à sua frota	104
potência marítima	141
preço dos produtos importados	108

J

JUROS

dependem da circulação monetária	125 - 127
fixação autoritária da taxa de juros	128 - 129
origem, modalidades e justificações – sua taxa é determinada pela lei da oferta e da procura	118 - 119
podem variar sob a ação dos bancos	180
servem de base para o cálculo do preço das terras	129
variações da taxa de juros no tempo e no espaço	119 - 124

L

LAVRADORES

causas que os levam a emigrar para as cidades	31 - 32
devem assegurar a sua subsistência pelo trabalho	23
devem morar perto do seu local de trabalho	24
nível de vida e emprego do rendimento dos lavradores	31, 37 - 38
seu número é proporcional às necessidades do mercado	31 - 32
seu trabalho vale menos do que o dos artesãos	20 - 21, 32
suas fontes de renda e sua influência sobre a circulação monetária	80 - 82

LAW	125, 179
-----------	----------

LETRAS DE CÂMBIO

não podem substituir o dinheiro vivo	91-93, 178
perigos que contém	181
sua utilidade geral	169 - 171
sua utilidade para os grandes pagamentos	92

LOCKE	40, 74, 78, 99
-------------	----------------

LUCRO

justificação e cálculo do lucro do empresário	121
---	-----

LUXO

é devido a uma quantidade excessiva de moeda	176
--	-----

influência do comportamento dos ricos senhores sobre o luxo	65
suas conseqüências nefastas	109 - 110

M

MANUFATURAS

as manufaturas são sempre lucrativas	137
conseqüências da exportação de produtos manufaturados sobre a circulação monetária e sobre o emprego	97 - 98, 138
necessidade de proteger as manufaturas nacionais	32, 64, 140

MERCADOS

interdependência dos mercados	80, 159
sua função econômica	25 - 26

METAIS (ver prata, ouro e preços)

as reservas de ouro e prata determinam o poder de uma nação	63, 111
comparação entre os diferentes metais	66 - 68, 154 - 155
definição e distinção entre valor intrínseco e valor de mercado	67
seu valor real é proporcional à terra e ao trabalho necessários à sua produção	66, 71, 106
valor intrínseco dos metais preciosos utilizados como moeda é fixado pela quantidade e pela raridade	106, 154

MENAS (ver metais e preços)

a descoberta de minas aumenta a circulação monetária e eleva os preços de mercado	99, 101
conseqüências nefastas dessa elevação sobre a população, os preços e o poder do Estado	100 - 101
grande mortalidade de trabalhadores nas minas de prata	67, 73

MODA

as variações devidas à moda alteram os lucros	36
---	----

MOEDA (ver bancos)

a circulação monetária é realizada pelos empresários	92
a elevação dos preços que acompanha o aumento da circulação monetária não lhe é proporcional	100, 106 - 108
a moeda real não pode ser substituída por papéis	91 - 93, 178
a moeda tem um valor intrínseco enquanto mercadoria	73, 74
aceleração da velocidade de circulação monetária equivale a um aumento efetivo de	

moedas	100
as estimativas feitas por Petty	85
circulação monetária	80 - 88
é mais abundante nas cidades do que no campo	82 - 83, 94 - 95
efeitos da abundância monetária devido à balança comercial favorável	103
história do seu surgimento	67, 70, 72 - 73
mecanismos e conseqüências das operações monetárias (desvalorização, inflação), sinais de tempos de crise	163 - 168
medida da quantidade de moeda	112
nem sempre o aumento da quantidade de moeda contribui para baixar a taxa de juros	125 - 126
o aumento da quantidade de moeda em circulação, devido a uma grande extração de metal, contribui para elevar os preços – análise desse mecanismo	99, 100 - 103
outras causas que contribuem para o aumento da circulação monetária	95, 108, 113 - 117
permite medir a relação terra - trabalho	40
quantidade de moeda para garantir as trocas. Pode-se avaliar em um terço dos rendimentos anuais dos proprietários de terra	82 - 85, 91 - 94
uma grande abundância de moeda provoca o luxo	81
velocidade de circulação	83, 87
 MONGES (ver celibato)	
opinião de Cantillon sobre os monges e particularmente sobre as ordens mendicantes	65 - 66
 MORTALIDADE	
a mortalidade antes dos dezessete anos	36
dificuldade de previsão	43
grande mortalidade nas minas de prata	67, 73
mortalidade infantil, sua importância durante o primeiro ano de idade	36
 N	
NEWTON	160, 161, 162
 NÍVEL DE VIDA	
comparação entre o nível de vida do pai de família e do celibatário	37
é mais elevado na Europa	39
é superior nas cidades	42
variação do nível de vida segundo o país	38 - 39
NUPIALIDADE	58 - 59

O

OURO

a necessidade o impôs como moeda de troca	73 - 74
seu preço indica o comportamento da balança comercial	150
seu valor, comparado ao da prata, é determinado pelo preço de mercado	156 - 158
superioridade do ouro e da prata sobre os outros metais do ponto de vista monetário	67

P

PETTY	40, 60, 85
-------------	------------

PODER DAS NAÇÕES

ao qual se segue uma rápida decadência	111, 116, 138
como a Nação aumenta seu poder	109
poder relativo se mede pela quantidade de ouro e prata em circulação	63, 111, 113

POPULAÇÃO (ver fecundidade, mortalidade e nupcialidade)

as grandes nações não têm necessidade de aumentar o número de seus habitantes	137
cálculo fantasioso de Petty quanto à propagação da população	60
causas que modificam a distribuição da população inativa	31 - 32
composição da população ativa	62
crescimento do número de habitantes nos países de baixo nível de vida	60
divisão da população em três classes: proprietários de terra, empresários e assalariados	46
fatores económicos que influenciam o número de habitantes	32, 65, 101, 131
impossibilidade de prever a natalidade e a mortalidade	43
nível optimum de população	61
o aumento ou a diminuição da população dependem da subsistência e, em particular, da ação dos proprietários de terra	52, 55
população urbana e população rural	41
sua diminuição no tempo	60

PRATA (ver moeda)

é escolhida como moeda para troca por necessidade e não porque se queira	73 - 74
método de refino	70
seu valor, comparado ao do ouro, é determinado pelo preço de mercado	156 - 159
superioridade da prata e do ouro sobre os outros metais	67

PREÇOS (ver transportes)

aumentam quando aumenta a circulação monetária, sem manter a mesma
--

proporção	100 - 102, 106 - 108, 163
crítica das concepções de Locke	74
dependem da concorrência, do risco do ofício e das qualidades profissionais do trabalhador	30
o preço de mercado permite avaliar a proporção entre o ouro e a prata em circulação	159
preço de mercado fixado em função da terra e do trabalho, mas também pelas variações da oferta e da procura	25, 33, 73, 129
variações de preço entre a cidade e o campo	95 - 96
variam segundo a orientação do consumo dos proprietários de terra	48 - 51

PROPRIETÁRIOS DE TERRA

conseqüências da fixação de suas residências nas cidades	27
dispõem de um terço do produto da terra	41
o preço dos arrendamentos de suas terras permite estabelecer a quantidade de dinheiro em circulação	112
seu estilo de vida é influenciado pelo do príncipe	65
sua influência sobre o consumo e o número de habitantes	51, 65
sua influência sobre as ocupações dos habitantes	65
suas despesas contribuem para aumentar a taxa de juros	126
todos os habitantes de uma nação dependem deles	27, 35, 41, 47

R

RENDAS

as rendas da terra estão distribuídas em três partes – arrendatários, proprietários e Estado	23
as rendas dos arrendatários e circulação monetária	80 - 82
relação entre as rendas dos arrendatários e as dos proprietários de terra	41

RENDIMENTO

da terra	24, 54, 118
----------------	-------------

RIQUEZA (ver Poder das Nações)

ela é função da quantidade de trabalho	62 - 66
fontes e definição	21
provém sempre dos proprietários de terra	41

S

SENHORAS DE PARIS	57, 133, 134
--------------------------------	--------------

SOCIEDADE	
os diferentes tipos de sociedades e o direito de propriedade	21, 24
SUSTISTÊNCIAS	
suas variações conforme o costume	21, 24
SUPLEMENTO – CÁLCULOS NELE CONTIDOS	
despesas dos senhores	27
número de trabalhadores empregados na indústria têxtil na Inglaterra	64
o trabalho de vinte e cinco adultos é suficiente para atender as necessidades de cem outros adultos	62
preço e quantidade de trabalho dos gêneros de Bruxelas	33
quantidade de terra correspondente às necessidades anuais de um adulto em diferentes países europeus	38, 54
relação do custo das matérias primas e do trabalho para a fabricação de uma mola de relógio na Inglaterra	33
T	
TERRA (ver proprietários de terra, rendimento, rendas)	
a terra é a matéria e o trabalho é a forma de todos os gêneros e mercadorias	35
diferentes modos de distribuição	21, 22
fonte de riqueza	21, 35
influência de sua qualidade sobre o número de habitantes	24
medida do valor das coisas	35
necessidade da apropriação da terra para constituição da sociedade	24
o trabalho frutifica a terra	42
o uso que se deve dar à terra	23
origem do direito de propriedade	35
produtividade da terra na Europa	54
relação terra-trabalho	37, 40
seja qual for a organização social, a divisão da terra é inevitavelmente desigual	21 - 23, 35
seu preço obedece à lei da oferta e da procura em relação com a taxa de juros	129
TRABALHO	
o trabalho do artesão é mais caro do que o do lavrador	29
o trabalho feminino é inferior ao trabalho masculino	38
o trabalho valoriza os bens de consumo	62
o trabalho, fonte da riqueza	21, 35
o valor mínimo do trabalho de um homem é o dobro do valor da terra que permite a	

sua subsistência	37, 40
seu preço depende do custo de produção, da concorrência, do risco e das qualidades pessoais do trabalhador	30 - 31
TRANSPORTES	
o transporte na composição dos preços	25, 56, 77, 96 -98, 104, 110
são mais económicos por água do que por terra	29, 104
utilidade de uma poderosa frota mercantil	140 - 141
TROCA	
distinção entre troca com dinheiro vivo e outros tipos	90 - 91
V	
VALOR	
valor do trabalho	29, 77
valor intrínseco dos bens e preço de mercado	34, 40
VAUBAN	99

ENSAIO SOBRE A NATUREZA DO COMÉRCIO EM GERAL
foi composto em várias tipologias da família Garamond.
Impresso na Gráfica Vicentina para a **SEGESTA EDITORA**.
CURITIBA, JULHO DE 2002.

CAPÍTULO I

Da riqueza

A terra é a fonte ou a matéria de onde se tira a riqueza; o trabalho do homem é a forma que a produz: e a riqueza em si mesma não é outra coisa senão o alimento, as comodidades e os deleites da vida.

A terra produz ervas, raízes, cereais, linho, algodão, cânhamo, arbustos e árvores de várias espécies, com frutos, cascas e folhagens diversas, como as das amoreiras para os bichos da seda; ela produz minas e minerais. O trabalho do homem dá forma de riqueza a tudo isto.

Os rios e os mares fornecem peixes para a alimentação do homem e muitas outras coisas para o seu deleite. Mas estes mares e estes rios pertencem às terras adjacentes ou são comuns; e deles o trabalho do homem tira o peixe e outros proveitos.

ISBN 85-89075-01-X



9788589075015



SEGESTA
EDICORA